

A MUDANÇA
ACONTECE

MOÇAMBIQUE

OS TÍMPANOS

*Apenas não tendo ouvidos
despercebemos os apelos
de anciãos esmolando
e meninos esfarrapados
com fome.*

*A essência dos tímpanos
não é para escutar à socapa
mas para não sermos surdos
nem para fingirmo-nos cegos
ao apelo das vozes
sem um tecto
e sem pão.*

— JOSÉ CRAVEIRINHA, 1980

ÍNDICE

PREFÁCIO

- MENSAGEM** da Ministra da Mulher e da Acção Social e do representante do UNICEF 4

- INTRODUÇÃO** 6

REINTEGRAÇÃO FAMILIAR

Histórias

CARLITOS, 10 ANOS

- Criança perdida devolvida a casa* 12

Estudo de Caso

UNIDADE MÓVEL DO

- TRIBUNAL DE MENORES** 16

ABUSO E VIOLENCIA

História

GABRIEL, 14 ANOS

- Extracção de órgãos para feitiçaria* 18

Estudo de Caso

DIRECÇÃO PROVINCIAL DA

- MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL** 24

ACOLHIMENTO FAMILIAR

Histórias

JULINHA, 12 ANOS

- Menina abandonada acolhida por família* 28

GRACE, 18 ANOS

- Jovem com deficiência acolhida* 32

Estudo de Caso

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL 36

VIVENDO COM DEFICIÊNCIA

História

- ROSA, 28 ANOS:** *Mulher zela por irmã com deficiência* 38

AGREGADO FAMILIAR CHEFIADO POR CRIANÇAS

Histórias

SOFRIMENTO, 8 ANOS:

- Criança órfã cuida de avó invisual* 42

- SAMUEL, 17 ANOS:** *Mãe deixa crianças para procurar sustento* 46

Estudo de Caso

DIRECÇÃO PROVINCIAL DA

- MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL** 50

PROTECÇÃO SOCIAL

Histórias

ANGELINA, 34 ANOS:

- Mulher responsável por cinco órfãos* 52

MELINA, 76 ANOS:

- Avó protege três netos órfãos* 58

Estudo de Caso

DIRECÇÃO PROVINCIAL DA

- MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL** 56

- SERVIÇOS** DISTRITUAIS DE SAÚDE 62

PROTECÇÃO DA CRIANÇA

História

GLÓRIA, 13 ANOS:

- Três irmãs órfãs ganham casa nova* 64

Estudo de Caso

ASSOCIAÇÃO KUBATSIRANA 70

- DIRECÇÃO DISTRITAL DA** MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL 72

- PERMANENTE** DO INAS 74

LISTA DE SIGLAS

CAV	Centro de Acolhimento da Velhice
DDSMAS	Direcção Distrital da Saúde, Mulher e Acção Social
DPMAS	Direcção Provincial da Acção Social
IDV	Instituto de Deficientes Visuais
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
LDH	Liga dos Direitos Humanos
MARP	Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MMAS	Ministério da Mulher e da Acção Social
MIJUS	Ministério da Justiça
MINED	Ministério da Educação
MISAU	Ministério da Saúde
PASD	Programa de Apoio Social Directo
PASP	Programa de Acção Social Produtiva
PMA	Programa Mundial Alimentar
PNAC	Plano Nacional de Acção para a Criança
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

DADOS GERAIS - MOÇAMBIQUE

População total.....	20,5 milhões	Crianças órfãs e vulneráveis.....	2,1 milhões ¹
População com menos de 18 anos	11,8 milhões	Crianças que perderam um ou ambos os progenitores.....	1,8 milhões
Esperança de vida à nascença	50 anos	Crianças órfãs devido ao HIV e SIDA	510.000 (28,3%)
PIB real per capita	\$440US	Agregados familiares chefiados por menores	20.000 (0,04%)
Pessoas abaixo do limiar de pobreza.....	54,7%	Adolescentes (15-19) que são mães/estão grávidas do primeiro filho.....	41%
Prevalência nacional do HIV/SIDA (15-49) ...	11,5%	Crianças em centros de acolhimento (abertos e fechados)	32.440
Taxa de alfabetização de adultos	55%	Infantários e centros de acolhimento	170
Taxa de escolaridade.....	63,5%	Crianças reunificadas (2011).....	869
Taxa de mortalidade em crianças	142 em 1000	Crianças reunificadas (2012).....	1.180
- Com menos de cinco anos (2011) ...	138 em 1000	Crianças integradas em famílias de acolhimento e adoptivas (2011).....	259
- Com menos de cinco anos (2003) ...	178 em 1000	Crianças integradas em famílias de acolhimento e adoptivas (2012).....	219
Crianças menores de 5 anos com registo de nascimento (2011)	47,9%		
Crianças menores de 5 anos com registo de nascimento (2004)	8%		
Crianças menores de 5 anos com desnutrição crónica.....	46,4%		
Crianças com deficiência (2-9).....	13,5%		

(Fontes: INE, INSIDA, MICS, MMAS)

PREFÁCIO

Nos últimos anos, foram dados passos importantes no sentido de promover maiores ligações entre os diversos intervenientes que agem em prol do bem-estar da criança, incluindo os que disponibilizam serviços sociais básicos de educação e saúde, a reunificação familiar, cuidados alternativos, entre outros.

Foram aspectos marcantes nestas intervenções o aumento da capacitação dos técnicos, a promoção massiva do acesso ao registo de nascimento e inovação através da criação de brigadas técnicas multisectoriais, com o objectivo de fazer chegar o tribunal às populações desfavorecidas, evitando assim a institucionalização permanente de crianças que possuem vínculos familiares, e assegurando o seu rápido retorno à família e à comunidade.

Igualmente, alargaram-se os sistemas de vigilância da comunidade, responsáveis pela monitoria, encaminhamento e referência para os serviços básicos, através da criação de comités comunitários que tem sido fundamentais no levantamento e acompanhamento dos casos de crianças

vulneráveis em cada comunidade e cujo trabalho é encorajado pelo Governo. Cientes que as aprendizagens colhidas ao longo dos anos, criaram mudanças significativas nas vidas das crianças, das suas famílias e das suas comunidades e colocaram desafios a serem superados na melhoria do bem-estar deste grupo alvo e apesar de reconhecer que a situação das crianças em Moçambique está amplamente documentada.

Foi compilada a presente publicação, que traz como aspecto marcante um rosto e um nome para cada caso, demonstrando exemplos de crianças reunificadas com as suas famílias, jovens com deficiência inseridos num ambiente protegido, avós lutando pela sobrevivência dos netos, crianças socialmente amparadas apóis ataques violentos, entre muitos outros.

A presente publicação demonstra através dos relatos que apesar destes progressos assinaláveis, há ainda um longo caminho a percorrer visando criar um sistema integrado de atendimento que demonstra o investimento urgente e

massivo no sistema de protecção social, que permite o envolvimento, responsabilização e acção coordenada, de todos os agentes de protecção da criança, a partir da base: família, comunidade, sociedade civil, Governo, Estado e parceiros de cooperação.

O presente documento constitui um marco nas políticas públicas, ao demonstrar a implementação de acções que rompem a cultura da institucionalização no atendimento das crianças e ao fortalecer a estratégia de protecção integral e preservação dos vínculos familiares e comunitários fundamentais, de modo a transformar as crianças como sujeitos e cidadãos.

Pretende-se com este instrumento, demonstrar o valor do investimento realizado

na materialização de políticas direcionadas à protecção da família, ilustrando a realidade que estas famílias enfrentam, diariamente, e o enorme desafio que se coloca ao Governo, organizações da sociedade civil e parceiros de cooperação, para garantir um ambiente de protecção onde as crianças estejam livres de violência, exploração e separação desnecessária da família, e onde as leis, os serviços, os comportamentos e as práticas minimizam a sua vulnerabilidade.

Só o esforço concertado de todos pode garantir que as nossas crianças crescerão fortes, felizes e saudáveis, para que herdem o legado dos nossos antepassados - este belo Moçambique que construímos diariamente.



Koenraad Vanormelingen
Representante do UNICEF



Iolanda Cintura Seuane
Ministra da Mulher e da Acção Social

INTRODUÇÃO

Moçambique tem uma das populações mais jovens da região, sendo o país que apresenta o maior número de menores e crianças órfãs, a seguir à África do Sul, segundo o relatório *State of the World's Children 2011*, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Com mais de metade da população a viver abaixo do limiar da pobreza, as crianças são frequentemente votadas ao abandono e expostas a condições de carência extrema. Sinal disso, é o elevado índice de mortalidade infantil (142 em cada 1000), que coloca Moçambique entre os 15 países do mundo em pior situação.

Entre as crianças menores de 5 anos, menos de metade tem registo de nascimento. Cerca de 44% sofre de desnutrição crónica (baixa altura para a idade) e cerca de 18% tem baixo peso para a idade. Segundo dados oficiais, existem em Moçambique cerca de 2,1 milhões de crianças em situação de vulnerabilidade, número este que aumenta como resultado do HIV e SIDA. Em 2009, dos 1,8 milhões de órfãos, 510 mil eram no consequência do vírus. Muitas destas crianças são as que maior probabilidade têm de ser estigmatizadas, trabalhar em situações de risco, ou na rua, sujeitas a exploração, tráfico, abuso e negligéncia, para além de reduzido acesso a serviços básicos de saúde, educação, água e saneamento.

O número de crianças que recebeu apoio multiforme do Governo, e/ou parceiros de cooperação, em 2012, rondava 280.000. Este número não inclui as que beneficiam indirectamente dos programas de apoio do INAS, por exemplo, através do Programa de Acção Social Produtiva direcionado para o chefe de um agregado familiar. A fatia do Orçamento de Estado destinada aos programas da Acção Social tem aumentado gradualmente nos últimos anos, mas, ainda assim, é insuficiente para cobrir as necessidades. Em 2012, o sector recebeu 1,8 mil milhões de meticais (cerca de USD 65 milhões), o que representa um acréscimo de 24% relativamente ao ano anterior. No entanto, este valor não comprehende a globalidade dos investimentos que são canalizados a partir de outros sectores – por exemplo, da saúde ou da educação – a favor da protecção das populações vulneráveis.

O Governo, juntamente com o UNICEF e outros parceiros de cooperação, desenvolveu um Pacote Básico de itens do agregado, que inclui redes mosquiteiras, vestuário, sabão, cobertores e utensílios de cozinha, para as famílias mais desfavorecidas com órfãos. Contudo, este pacote básico atinge apenas 61% dos agregados familiares vulneráveis, abrangendo cerca de 552.000 beneficiários (directos e indirectos). «O Governo está a





considerar formas de expandir o programa de protecção social na ordem dos 10%, de modo a assegurar um aumento no valor da pensão do idoso e a implementação do apoio e protecção social a todo o universo de crianças órfãs e vulneráveis, em Moçambique», informa Sua Excelência Iolanda Cintura Seuane, Ministra da Mulher e da Acção Social.

A nível nacional existem 128 Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social, correspondendo a igual número de distritos do país, e 1.408 funcionários do Ministério da Mulher e da Acção Social, para um universo de 20,4 milhões de habitantes. Sendo a maior parte destes técnicos absorvida a nível central e provincial, o nível o distrital é,

consequentemente, o mais desprovido de recursos.

«Ainda não conseguimos ter pessoal em todos os distritos. Em alguns sítios estamos a funcionar com pessoal emprestado da Saúde e da Educação. Muito menos no posto administrativo. E é lá que estão as pessoas», salienta José Diquissone, Director Provincial da Mulher e da Acção Social, em Sofala. «Devíamos ter o serviço de Acção Social estruturado e potenciado a partir da base, até ao nível da localidade».

Será importante referir que, embora grande parte do trabalho social esteja sob a tutela do Ministério da Mulher e da Acção Social, são vários os intervenientes que actuam em prol da protecção das crianças. O Decreto N° 52/2011 estabelece os diversos tipos de assistência prestados no âmbito da Segurança Social Básica, incluindo: o programa de Apoio Social Directo, que inclui transferências sociais regulares, ou por tempo determinado (MMAS); serviços sociais da Acção Social (MMAS), incluindo atendimento institucional e orientação ou reunificação familiar; o Programa de Acção Social Produtiva e apoio a iniciativas de geração de rendimento (MMAS); Acção Social da Saúde (MISAU); Acção Social Escolar (MINED); e assistência jurídica (MIJUS).

Apesar de existirem os mecanismos necessários para garantir o acesso aos serviços básicos (educação, saúde, apoio

alimentar, financeiro, legal e psicossocial), as insuficiências são de tal ordem que se torna impossível atender todos os casos. Exemplo: no distrito de Búzi, em Sofala, existem mais de 10.000 crianças identificadas em situação de vulnerabilidade, mas apenas cerca de um quarto (2.600) recebe apoio. Por outras palavras, mais de 7.000 crianças – num só distrito – estão potencialmente expostas a pobreza extrema, desabrigado, doença, fome, desnutrição, nanismo, violência doméstica, abusos sexuais, trabalho infantil, casamento prematuro, abandono escolar, marginalidade, entre outros flagelos. Os técnicos de acção social, quando existem (nem todos os distritos têm), enfrentam horas extraordinárias, recursos insuficientes e informação dispersa para lidar com casos de vulnerabilidade extrema.

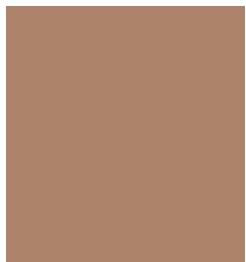
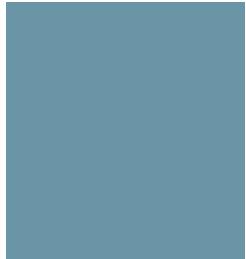
«É preciso reforçar todo o sistema de protecção social e de protecção da criança, criando ligações entre os diversos actores», salienta Koenraad Vanormelingen, representante do UNICEF, em Moçambique. «Estamos a trabalhar com o Governo e restantes parceiros para reforçar as instituições no sentido de trabalharem de forma multi-sectorial para fortalecer os sistemas de protecção das crianças».

Para isso, é urgente que haja «uma acção acelerada e um intenso compromisso financeiro para expandir o acesso ao registo de nascimento, protecção social e cuidados

alternativos», acrescenta Vanormelingen.

Acima de tudo, é necessária uma mudança na percepção social da criança como detentora de direitos e deveres, e não um objecto, que representa um fardo, uma moeda de troca ou uma fonte de trabalho para as famílias. Moçambique adoptou as principais convenções internacionais de protecção da criança e, em 2008, A Assembleia da República aprovou a Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança (Lei N° 7/2008). Recordando o Art. 5º: «a criança tem direito de crescer rodeada de amor, carinho e compreensão, num ambiente de felicidade, segurança e paz». No entanto, conforme salienta o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP), «é preciso ter em conta que a criança, principalmente nas sociedades rurais, é vista como um recurso e um investimento, pelo que se mostra difícil implementar efectivamente os seus direitos, sem eliminar a pobreza».

Com este trabalho, pretendeu-se retratar os dois lados de um sistema de protecção social: os beneficiários e os prestadores de serviços. Os casos aqui documentados ilustram a enormidade da tarefa e a fragilidade do sistema, mas mostram também, que quando a resposta é accionada de forma concertada, a mudança é possível. E acontece.



A MUDANÇA ACONTECE

Histórias de Vida de estudos de caso que visam estimular o reforço da família e impulsionar o desenvolvimento de um sistema integrado de protecção da criança em Moçambique

CARLITOS, 10 ANOS

*Menino perdido devolvido a casa pela Brigada Técnica
do Tribunal Ambulante de Protecção à Criança*

EM CASA DE CARLITOS as mulheres dançam e caem-lhes lágrimas de emoção. Sobre a mesa estão travessas com frango, batatas, salada e refrescos para celebrar o regresso do menino de 10 anos, que andou perdido durante um mês. «*Não há palavras*», diz uma vizinha que se juntou à família para receber a brigada multisectorial que levou a criança de volta. Constituída pelo Governo, com apoio do UNICEF e parceiros de cooperação, a equipa é composta por elementos da Direcção Provincial e Distrital da Mulher e da Acção Social, Tribunal de Menores, Curadores de Menores, Procuradores junto do Tribunal de Menores e Instituto Nacional de Acção Social.

No meio de tanto aparato, Carlitos tem um olhar assustado e fala pouco. Parece até ter esquecido como escrever o próprio nome. Mas há uma palavra que repete insistente: «*casa*». O menino – que frequenta a 4.ª classe – perdeu-se num domingo de manhã, quando saiu para visitar a avó, num outro canto da cidade. «*Andámos à procura dele nos bairros, hospitais, em todas as esquadras, até mesmo na baixa da cidade*», conta um tio, visivelmente aliviado por ter o sobrinho de volta.

Carlitos vive com a família da irmã paterna desde que perdeu a mãe por motivo de doença; tinha apenas dois anos de idade. Apesar de o pai estar vivo, o filho único daquela relação foi entregue aos cuidados da tia, juntando-se assim aos primos, que agora são três. A mais pequena é a bebé Xiluva, de dois anos, que não larga o colo de Carlitos e lhe faz festas na cara, enquanto os adultos trocam informação sobre o processo e assinam o termo de reunificação familiar, a ser apenso ao processo para arquivo. É também instruído o processo inicial de tutela, com os tios a serem convidados para uma audiência, a fim de formalizar o acolhimento de Carlitos.

Aparentemente, o menino terá ficado pouco tempo na rua. Perdido na urbe, foi localizado pela polícia e encaminhado para o Infantário 1º de Maio, a única instituição pública da Cidade de Maputo que acolhe crianças abandonadas ou perdidas. A casa verde, situada na Av. Eduardo Mondlane, acolhe cerca de 50 crianças – embora o número varie constantemente, já que o seu principal objectivo é a reinserção das crianças nas respectivas famílias. Dali foi enviado para o Centro de Acolhimento

CARLITOS, 10 ANOS



Avó recebe o neto visivelmente
emocionada e feliz com re-encontro



da Velhice (CAV), em Lhanguene, uma instituição de apoio a idosos. «Sabemos que a criança pequena não se deve juntar com os idosos, mas não temos condições neste momento», explica Antonieta Niquice, da Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social, da Cidade de Maputo. «O infantário está sobrelotado e essa é uma preocupação que temos. Precisamos de ter outro espaço para crianças com idades acima dos 10 anos.»

Entregue ao CAV, onde trabalha um técnico de Acção Social, o processo de Carlitos evoluiu para a fase de localização da família. Para o efeito, os assistentes sociais

Desde a criação da brigada, foram mapeadas cerca de 170 infantários e centros ed acolhimento, 32.440 crianças, a partir de informação colhida em centros abertos e fechados e organizações comunitárias de base

procuram informação junto da própria criança. Porém, muitas vezes, a criança não sabe – ou não quer – explicar onde fica a sua casa. Em situações de maus tratos, negligência ou pobreza extrema, prefere ficar entregue aos cuidados do Infantário, onde recebe roupa, comida, uma cama e um ambiente protegido.

No caso de Carlitos, a solução partiu de um importante aliado das autoridades para estes casos: a televisão. O programa “Balanço Geral”, produzido diariamente pela estação Miramar, agrupa informação – incluindo fotos e números de contacto – de familiares que procuram o paradeiro de uma criança. O sector da Acção Social recorre frequentemente a este arquivo para cruzar a informação com os dados das crianças que dão entrada no sistema.

De volta a casa, Carlitos é recebido pela família, vizinhos e líderes da comunidade, num ambiente de festa. Ficou cerca de um mês fora de casa. Foram quatro semanas de incerteza, desespero e angústia que, graças ao trabalho pronto e concertado dos vários elos da cadeia (desde a Polícia ao Infantário, passando pelo Tribunal, a Procuradoria, a Educação e os media), tiveram um final feliz.

“O Governo, juntamente com o UNICEF e outros parceiros de cooperação, desenvolveu um Pacote Básico de itens do agregado para as famílias mais desfavorecidas com órfãos. Contudo, este pacote básico atinge apenas 61% dos agregados familiares vulneráveis, abrangendo cerca de 552.000 beneficiários (directos e indirectos)”



Entrega formal do Carlitos à sua família

BRIGADA MULTISSECTORIAL DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA

Num exemplo pioneiro de resposta integrada em prol da protecção da criança, em Moçambique, diversos serviços da administração estatal estão a trabalhar de forma concertada, desde Outubro de 2011, numa “brigada multisectorial” composta por elementos da Direcção Provincial e Direcção Distrital da Mulher e da Acção Social, Tribunal de Menores, Curadores de Menores, Procuradores junto do Tribunal de Menores, Instituto Nacional de Acção Social e Direcção de Identificação Civil e Notários, com apoio do UNICEF e parceiros de cooperação.

«*O que estamos a fazer é, em vez de as pessoas procurarem estes serviços, são os próprios serviços que vão ao encontro das pessoas*», explica Filimone Waty, do Tribunal de Menores. «A equipa faz o levantamento dos dados e depois passa para os procuradores».

Anteriormente, embora houvesse coordenação e partilha de informação, os serviços trabalhavam de forma compartimentada. Esta abordagem multisectorial – introduzida na sequência da Lei de Promoção e Protecção da Criança – trouxe uma nova forma de trabalhar, em conjunto e em simultâneo, permitindo assim uma aceleração dos processos.

«*O processo já não é tão moroso como era antes, é menos burocrático*», avança Isilda Maibaze, da Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social (DPMAS), na Cidade de Maputo.

Desde a criação da brigada, foram mapeadas cerca de 11.000 crianças na cidade de Maputo, a partir de informação colhida em centros abertos, centros fechados e organizações comunitárias de base. Procedeu-se ao registo de mais de 1.000 dessas crianças, faltando ainda cerca de 6.000.

Através da brigada multisectorial, cada caso é seguido tendo em conta as várias vertentes de um sistema integrado de protecção da criança: reunificação familiar ou cuidados alternativos, certidão de nascimento e registo civil, emissão do bilhete de identidade, processo de tutela, enquadramento escolar, apoio psicossocial ou assistência social (apoio alimentar, material ou financeiro).

A tarefa que têm pela frente – norteada pelo princípio da reunificação familiar das crianças em situação de vulnerabilidade – é exacerbante, e parece não ter fim. Anualmente, dão entrada no sistema cerca de 200 crianças, das quais uma média de 150 consegue ser reinserida.

«*Quantas mais reintegramos, mais chegam. Num dia saem duas, no dia seguinte entram três ou quatro*», comenta Antonieta Niquice, destacada da DPMAS para trabalhar directamente no Infantário 1º de Maio.

Este fenómeno das crianças perdidas e/ou abandonadas acarreta elevados custos para o sistema, não só a nível financeiro,

mas especialmente a nível social. Para além dos recursos que são necessários, para assegurar que as crianças sejam reintegradas nas suas famílias, o trauma psicológico que perdura não é quantificável.

«Mesmo que todas as crianças fossem reintegradas, o facto de terem sido perdidas ou abandonadas traduz um impacto social muito grande na sociedade em geral, que não consegue garantir devidamente a protecção das crianças», salienta Francisca Lucas, Directora Nacional Adjunta da Acção Social.

Apesar dos progressos visíveis que o trabalho multisectorial já permitiu, persistem vários desafios, apontados pelos elementos que compõem a brigada. No topo da lista aparecem os custos de comunicação e transporte (incluindo meios, combustível e manutenção) para identificação da criança, localização da família, reunificação e acompanhamento após a reinserção.

«A maior parte desses centros está em zonas muito distantes em relação à cidade», salienta Waty.

Outro constrangimento apontado é a inexistência de um sistema adequado de gestão e partilha da informação, isto é, um cadastro nacional das crianças em situação de vulnerabilidade que permita o cruzamento de dados a partir dos diversos sectores.

Os técnicos da brigada multisectorial apontam ainda como necessidades: o reforço da sua formação através de capacitações em diversas áreas, a uniformização da linguagem entre os diversos sectores e a partilha de experiências com outras províncias, para troca de informação sobre procedimentos, constrangimentos e soluções encontradas em cada lugar.



GABRIEL, 14 ANOS

Vítima de extracção de órgãos para feitiçaria

GABRIEL TINHA APENAS treze anos quando sofreu um ataque sangrento, perpetrado por dois vizinhos e, alegadamente, um familiar. Gabriel era órfão de pai e vivia com a família paterna, juntamente com dois irmãos mais novos. A sua mãe – que sofre de deficiência mental – tinha sido obrigada a viver longe da aldeia após o falecimento do marido, seguindo a tradição da região da Zambézia, de onde é natural («*quando morre o homem, considera-se que a mulher também está morta*», explica uma fonte).

Um dia, estando Gabriel a brincar com alguns amigos, três homens da sua aldeia – uma pequena localidade de 15 famílias – levaram-no para um sítio isolado e extraíram-lhe os olhos e os órgãos genitais. A sangue-frio. Abandonado num bananal, ninguém podia imaginar que Gabriel sobreviveria. «*Ficaram convencidos que ele, naturalmente, iria morrer e foram-se embora*», explica José Diquissone, Director Provincial da Mulher e da Acção Social na província de Sofala. «*Tiraram os órgãos porque tinham um compromisso com um curandeiro*».

Segundo a Liga dos Direitos Humanos (LDH) de Moçambique, a extracção de órgãos humanos, no país, está associada a «*práticas tradicionais prejudiciais*», em particular a feitiçaria, e não a transplantes. Para a organização, o objectivo do uso de partes do corpo humano «*é criar uma medicina tradicional poderosa, no alcance dos seus propósitos, que são, por exemplo, curar doenças, ajudar as pessoas a progredir economicamente, ou prejudicar os seus inimigos*».

A dimensão desta prática é muito maior do que se possa imaginar. Conforme explica o técnico jurídico Manuel Mapendera, são poucos os casos que vêm a público. Na maior parte das ocorrências a vítima simplesmente desaparece. No caso de Gabriel, os atacantes estavam a executar uma encomenda de um curandeiro local, que lhes havia prometido cerca de 5.000 meticais pelos órgãos. «*Mata-se por muito pouco. Ainda teriam que dividir aquele valor entre os três*», lamenta Mapendera, que acompanhou o caso na qualidade de secretário executivo da delegação regional da LDH.

GABRIEL, 14 ANOS





A extracção de órgãos humanos, no país, está associada a «práticas tradicionais prejudiciais», em particular a feitiçaria, e não a transplantes
– Liga dos Direitos Humanos

Através da Liga, o processo jurídico foi acompanhado até à fase de julgamento, estando dois dos atacantes a cumprir agora a pena máxima, numa prisão em Quelimane. Um terceiro – que dizem ser primo do falecido pai de Gabriel – terá conseguido escapar.

Como consequência do ataque, Gabriel perdeu a visão e ficou sujeito ao uso permanente de uma algália, fazendo deslocações quinzenais ao hospital para substituir o dispositivo. Inicialmente, foi levado para o Malawi, que fica a poucos quilómetros da aldeia, bastando atravessar o Rio Chire para lá chegar. No entanto, devido à complexidade do caso, a Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social da Zambézia encaminhou-o para o Hospital de Quelimane e, posteriormente, concertou esforços com a Direcção Provincial de Sofala para o enquadramento de Gabriel no Instituto de Deficientes Visuais, situado na Beira.

Com a integração de Gabriel no Instituto, que está sob a tutela daquele Ministério, foram criadas condições para garantir o seu acesso à escola, a readaptação e a convivência com outras crianças que enfrentam os mesmos desafios. Aos poucos, foi recuperando a confiança e fazendo amigos. Um deles é Xavito, que nos mostra, muito orgulhoso, onde cada um dorme e onde guardam a roupa.

Os atacantes estavam a executar uma encomenda de um curandeiro local, que lhes havia prometido cerca de 5.000 meticais pelos órgãos. «Mata-se por muito pouco. Ainda teriam que dividir aquele valor entre os três»

Apesar do ambiente seguro em que Gabriel passou a viver, demorou até que recebesse apoio psicossocial em consultas com pessoal qualificado. «É uma das lacunas que temos», admite o responsável do IDV, Padre Romão.

Quando Gabriel entra no gabinete do director, o seu sorriso ilumina a sala. «Padre Romão está aqui?», pergunta, sem saber que tem um leque de visitas à sua espera. Deslocando-se com as mãos à frente para guiar o caminho, vai tacteando o ar até encontrar o administrador do centro. «Está aqui mesmo!», exclama com satisfação.





Apesar da doçura que envolve os seus gestos, é incalculável o trauma que terá ficado gravado no seu íntimo, fruto da experiência que viveu.

«Quero ir no carro do Padre Romão à minha casa», afirma Gabriel em tom alegre e determinado. Para os educadores, que diariamente lidam com o jovem, este é um grande passo. «No primeiro ano em que aqui esteve, não manifestava nenhuma saudade. Agora já mostra vontade de ir», referem.

Entretanto, a pedido da família, Mapendera tornou-se padrinho de Gabriel

e sente-se pessoalmente responsável pelo seu futuro. «Enquanto estiver vivo, nunca deixarei de visitar Gabriel e nunca deixarei de ser o seu padrinho», garante o técnico jurídico. Conversando, no final de uma recente visita a Maputo, conta-nos que leva na bagagem brinquedos para oferecer a Gabriel, quando regressar à Beira. Já conhece os gostos do afilhado e sabe o que lhe dá mais prazer: um par de óculos escuros e auscultadores para ouvir as suas músicas preferidas.

Sensibilizados pelo caso particular de Gabriel, uma rede de parceiros e indivíduos solidários – abrangendo dois Estados (moçambicano e português), parceiros de cooperação (incluindo UNICEF), Ministérios, Direcções Provinciais, sociedade civil, confissões religiosas e cidadãos anónimos – mobilizou-se para que o menino pudesse beneficiar de uma cirurgia altamente especializada, em Portugal.

A intervenção tornou-se possível depois de Gabriel ter passado umas férias no Infantário Provincial, na cidade da Beira. Tomando conhecimento do caso, o médico cirurgião que acompanhava os meninos daquele centro, Hélder de Miranda, e a DPMAS de Sofala estabeleceram uma panóplia de contactos a nível nacional e internacional, no sentido de se encontrar uma solução para melhorar a qualidade de vida de Gabriel.

Foi assim que, em Janeiro de 2013, Gabriel embarcou num avião em Maputo, na companhia de Miranda e Mapendera, a caminho de Lisboa para ser operado no Hospital Pediátrico D. Estefânia. A cirurgia, autorizada pela Junta Nacional de Saúde e realizada ao abrigo de acordos bilaterais na área da Saúde, permitirá a reconstrução das vias urinárias e a colocação de próteses oculares.

Com esta iniciativa reconhece-se a importância do investimento na acção social, bem como da mobilização do

Após a recuperação da cirurgia, Gabriel passará algum tempo em Portugal, em convalescência, estando previsto o seu enquadramento em actividades de desenvolvimento intelectual e lúdicas

Governo e da sociedade para que as crianças vítimas de abuso e violência sejam vistas de forma indissociável do seu contexto familiar e comunitário, e possam ser readaptadas à vida social. Pretende-se assegurar que as que são vítimas de violência e abuso tenham acesso a serviços de protecção integral, por meio de políticas públicas articuladas, com vista à plena garantia dos direitos, e possam vencer os seus medos, possibilitando assim a sua reinserção social.

Após a recuperação da cirurgia, Gabriel passará algum tempo em Portugal, em convalescência, estando previsto o seu enquadramento em actividades de desenvolvimento intelectual e lúdicas. Com a mobilização dos parceiros, conseguiu-se que Mapendera ficasse em Lisboa a acompanhá-lo, mesmo após o regresso à Beira do cirurgião Miranda, que despoletou a intervenção.

Assim, de Moçambique a Portugal, Gabriel vai contagiando todos com a sua espontaneidade e alegria de viver.

JOSÉ DIQUISSONE, DIRECTOR PROVINCIAL,

Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social

José Diquissone é um caso de sucesso do próprio sistema: sentado, de óculos escuros, no seu amplo gabinete, tecla agilmente numa máquina, designada APEX, que converte, instantaneamente, os seus apontamentos para Braille. A deficiência visual que adquiriu aos 7 anos, fruto de uma doença infantil, não foi impedimento para que o menino de uma pequena comunidade rural, no distrito de Barué, chegasse a Director Provincial da Mulher e da Acção Social na província de Sofala.

«Acho que uma das causas (da perda de visão) foi ter estado longe do hospital. A minha mãe teve que me levar para o hospital mais próximo (em Catandica), que ficava a 50kms. Quando lá chegámos, já não havia nada a fazer», relata Diquissone.

Encaminhado para o Instituto de Deficientes Visuais, na Beira, foi ali que completou o ensino secundário, tornando-se depois professor estagiário. Os estudos superiores foram prosseguidos em Portugal, vindo posteriormente a ser integrado no Ministério da Acção Social. Nomeado Director Provincial, em 2010, Diquissone tem uma visão clara e firme acerca daquilo que deve ser um sistema integrado de protecção da criança, em Moçambique, reconhecendo que um dos

maiores desafios é «*a percepção daquilo que significa o trabalho social*».

«As pessoas não têm a dimensão daquilo que deve ser. O Serviço Social é tão importante como a Saúde, a Agricultura ou a Educação», insiste o Director. «Podemos ter progressos na Educação, podemos ter muitas escolas, bons professores, uma boa rede hospitalar, mas, se isso não for acompanhado com o trabalho social nas comunidades, que transforma as atitudes e os comportamentos das pessoas para que tirem proveito destas oportunidades de desenvolvimento, podemos correr o risco de estar a investir no vazio».

Diquissone reconhece que a Acção Social por si só não resolve os problemas dos mais vulneráveis, e defende, por isso, uma visão holística, segundo a qual os diversos sectores devem funcionar em concertação entre si. A adopção dos seis serviços básicos (saúde, educação, apoio alimentar, legal, financeiro e psicossocial) foi um passo importante no sentido de promover essa articulação. No entanto, o serviço de Acção Social é marcado, logo à partida, por um grave défice: os recursos humanos.

«Ainda não conseguimos ter pessoal em todos os distritos. Em alguns sítios



Jose Dissicone isA nível nacional existem 128 Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social, correspondendo a igual número de distritos do país, e 1.408 funcionários do Ministério da Mulher e da Acção Social, para um universo de 20,4 milhões de habitantes. Sendo a maior parte destes técnicos absorvida a nível central e provincial, o nível o distrital é, consequentemente, o mais desprovido de recursos

INSTITUTO DE DEFICIENTES VISUAIS DA BEIRA



estamos a funcionar com pessoal emprestado da Saúde, da Educação. Muito menos no posto administrativo. E é lá onde estão as pessoas», sublinha Diquissone. «Quando falamos de crianças órfãs e vulneráveis, violência doméstica, pessoa com deficiência, protecção da pessoa idosa, estão nas comunidades. Então devíamos ter o serviço de Acção Social estruturado e potenciado a partir da base, até ao nível da localidade».

Para que o sistema seja reforçado,

na óptica do Director Provincial, são necessários dois passos fundamentais: primeiro, formar e recrutar pessoas, e depois, equipar essas pessoas com meios.

«Estamos a falar de coisas muito básicas como bicicletas. Se conseguíssemos assegurar que todos os comités tivessem bicicletas, só isto já faria uma grande diferença. Porque, através disso, asseguraria toda a difusão de mensagens, mudança de comportamento, sensibilização, todo o programa de

identificação e encaminhamento de pessoas, apoio psicossocial».

Neste contexto, Diquissone acredita que os comités comunitários desempenham um papel fundamental, embora não subscreva a ideia de que devem substituir ou ser enquadrados na administração estatal. «*Os comités comunitários não devem limitar a expansão da estrutura do Estado*», defende. «*Devíamos ter em cada localidade, em cada povoação, um técnico de Acção Social. Isto não conflita com o papel dos comités comunitários*».

Na óptica do Director Provincial, os comités têm uma função complementar à do aparelho de Estado, reforçando a componente moral e psicossocial que é necessária, para além dos serviços básicos, como educação e saúde: «*Podemos dar todo o apoio básico multiforme, mas isso não é suficiente. É preciso ter adultos lá, que transmitam valores (a essas crianças), que se disponibilizem, que conversem com eles, que lhes dêem referências, e este é o papel do comité comunitário*».

«O que queremos explorar é o sentimento de identidade comunitária, continua o Director. Os membros do comité «*estão, mais ou menos, a cuidar dos seus filhos. São membros daquela comunidade. Estamos a falar de crianças*

que, se calhar, até fazem parte da sua estrutura alargada. Neste sentido, há um dever comunitário de efectivamente proteger essas crianças. O que podemos fazer é potenciar esses comités com conhecimentos e meios, para que possam fazer o seu trabalho».

Aos parceiros de cooperação, o Director Provincial deixa uma mensagem: quando se investe numa criança, é necessário paciência. «*Os parceiros querem investir hoje num bebé de 0 anos e ter resultados a três anos. Não é possível. A criança só fica com habilidade para retornar o investimento depois de 20 anos, quando já está formada e já pode participar e retribuir*».

Para Diquissone, o maior retorno que se pode ter consiste na auto suficiência e independência dos beneficiários. «*Poder sair do sistema de protecção social é já um grande ganho*», considera. «*Se orientarmos bem as crianças e dermos uma formação de qualidade, o país vai ganhar com quadros, com inovação, com investimento, com criatividade, e com a protecção dos outros também. Uma criança muito bem educada e com consciência do seu próprio processo de crescimento, certamente será muito útil também a outras crianças que tenham dificuldades. A única coisa é que temos de ter a paciência de esperar*».

JULINHA, 12 ANOS

Menina abandonada acolhida por família

NINGUÉM SABE AO CERTO como foi a vida de Julinha até aos 8 anos. Há quatro anos atrás, Lurdes regressava a casa de chapa após um longo dia de trabalho. Quando desceu na sua paragem, sentiu alguém puxar-lhe a saia e olhou para trás. «Tenho fome», sussurrou uma menina em voz tímida.

«Levei-a para casa e dei-lhe uma refeição. Depois fui apresentar ao chefe de quarteirão. Então, ele disse que isso era assunto para a polícia e fomos na esquadra» recorda Lurdes.

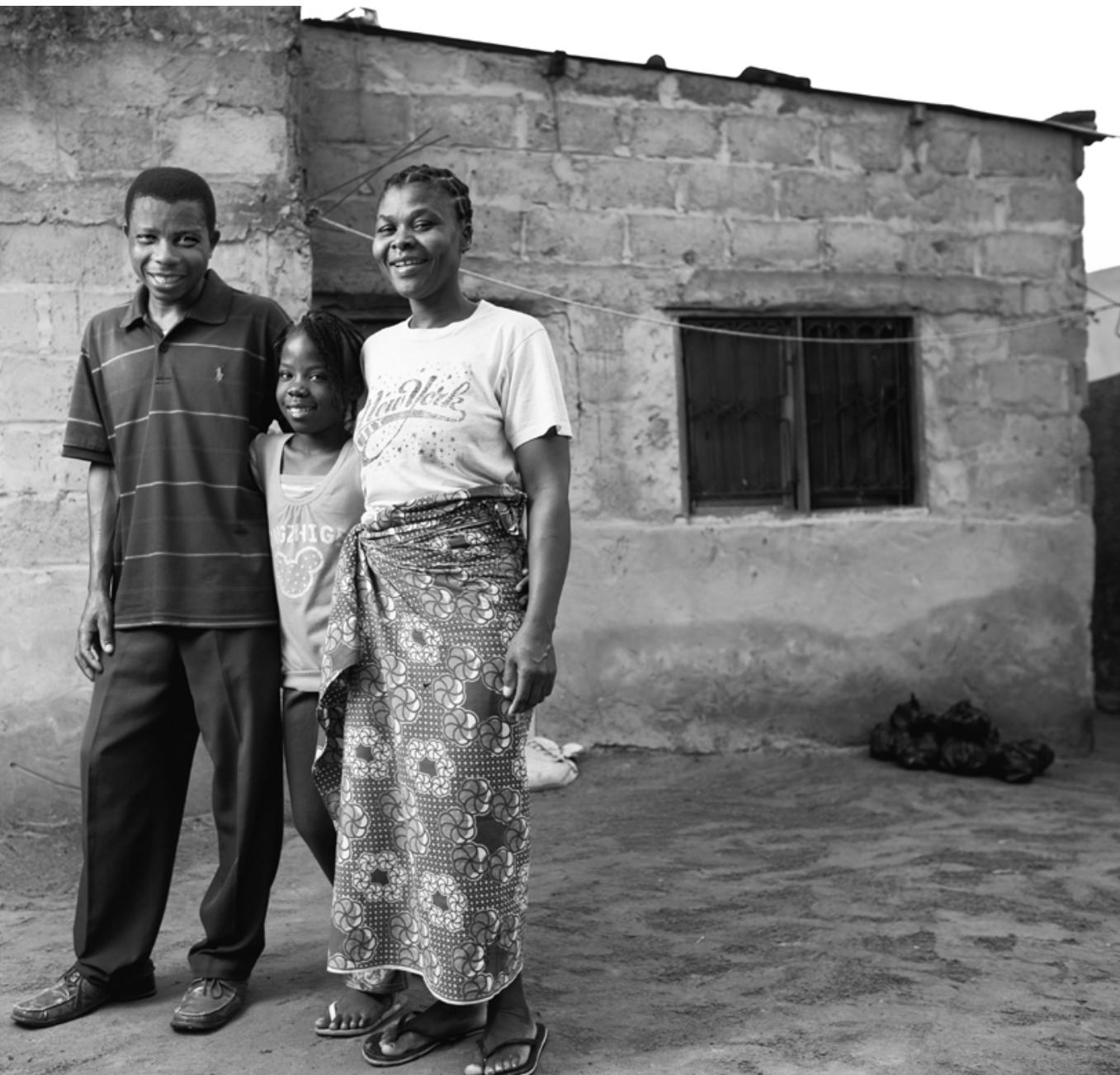
Depois de várias tentativas infrutíferas de localizar a família de origem, por parte dos serviços provinciais de Ação Social, Julinha foi acolhida pela família de Lurdes, que inclui três crianças biológicas: duas meninas de 14 e 17 anos, e um rapaz de 11.

«Desde o primeiro dia que a Mamã encontrou a Julinha, ela foi recebida muito bem e, até hoje, porta-se muito bem», garante a mais velha. «Acolhemos ela como se fosse nossa irmã, consideramos como se fosse uma da família».

O quadro familiar, inserido numa zona periférica da capital moçambicana,



JULINHA, 12 ANOS



revela grande estabilidade apesar das circunstâncias. Natural de Quelimane, Lurdes perdeu o marido em 2006 e, mais recentemente, foi abandonada pelo companheiro com quem estava há dois anos. Apesar da turbulência, os três filhos têm um bom aproveitamento escolar: a mais velha, que quer ser contabil-ista, aguardava os resultados da 10^a classe quando a visitámos; a do meio passou para a 9^a classe; e o último transitou para a 7^a.

Para que Julinha pudesse frequentar a escola, Lurdes dirigiu-se à Conservatória do Registo Civil para que fosse emitida uma cédula de nascimento. O nome de registo foi aquele que a menina lhe indicou. No dia do seu aniversário, a pequena chamou uma vizinha e pediu-lhe que fosse sua madrinha. Assim aconteceu. Agora, com 12 anos, Julinha já completou a 4^a classe e quer ser médica. Para isso, sabe muito bem o que tem que fazer: «*tenho que lutar para conseguir chegar lá*».

Lutar é algo que Lurdes faz diariamente para conseguir sustentar o seu agregado. A

casa onde vive foi construída juntamente com o pai dos seus filhos depois de se mudarem para a Matola, em 1995. A partir de 2006, altura em que enviuvou, teve de procurar trabalho como empregada doméstica para complementar o rendimento familiar. Para além disso, faz venda de carvão no bairro e as filhas vendem fruta, doces e bolachas numa banca.

Lurdes não tem qualquer reserva em ficar com Julinha, apenas a preocupa a possibilidade de alguém pensar que roubou uma «*criança de dono*». Por isso, com o apoio da Acção Social, submeteu um requerimento junto do Tribunal Provincial para que a sua família fosse formalizada como família de acolhimento. Na sua perspectiva, o documento é importante para que – no dia em que parta – ninguém venha recolher a menina. As filhas garantem, no entanto, que isso jamais acontecerá: «*ela está a crescer connosco aqui, então porquê deixar sozinha?*».

Apesar de existirem em Moçambique inúmeras famílias que acolhem crianças abandonadas ou perdidas, este é um dos primeiros casos, na província de Maputo, que seguiu os procedimentos necessários para formalizar o vínculo nos termos previstos pela lei, relativa às famílias de acolhimento. «*Moçambique, tradicionalmente, tem a prática de acolher as suas crianças*», explica Francisca Lucas, Directora Nacional Adjunta da Acção Social, do Ministério da Mulher e da Acção Social. «*Os vizinhos ou*

Lurdes não tem qualquer reserva em ficar com Julinha, apenas a preocupa a possibilidade de alguém pensar que roubou uma «criança de dono». Por isso quer legalizar o acolhimento

os tios acolhem, mas não se preocupam em formalizar. É algo que fazem naturalmente». A família de acolhimento é uma figura jurídica criada para fazer face ao elevado número de crianças órfãs e vulneráveis acolhidas informalmente, bem como as que permanecem longas temporadas em centros de acolhimento, não sendo legalmente possível adopção ou tutelas. Assim, poderão utilizar o instituto da família de acolhimento para cuidar dessas crianças. Seria necessário promover uma maior articulação entre os centros, a Acção Social e os tribunais, para que as autoridades judiciárias tivessem conhecimento dos casos em que é impossível um reatamento dos vínculos familiares. Desta forma, evitar-se-ia a institucionalização permanente das crianças, buscando-se soluções de protecção alternativa.

É importante a fiscalização conjunta, contínua e descentralizada, aos centros de acolhimento, por parte dos tribunais, Ministério Público e Acção Social, pois este trabalho assegura a reunificação anual de 1180 crianças, em famílias e de cerca de 219 crianças integradas em famílias de acolhimento e adoptivas. O Governo, com apoio do UNICEF e parceiros de cooperação, está a trabalhar na sistematização da informação, através do mapeamento de crianças acolhidas informalmente e da elaboração de regulamentação, a qual permitirá coordenar este trabalho multisectorial e a respectiva protecção alternativa.



Seria recomendável promover uma fiscalização conjunta, contínua e descentralizada, aos centros de acolhimento, por parte dos tribunais, Ministério Público e Acção Social...

GRACE, 18 ANOS

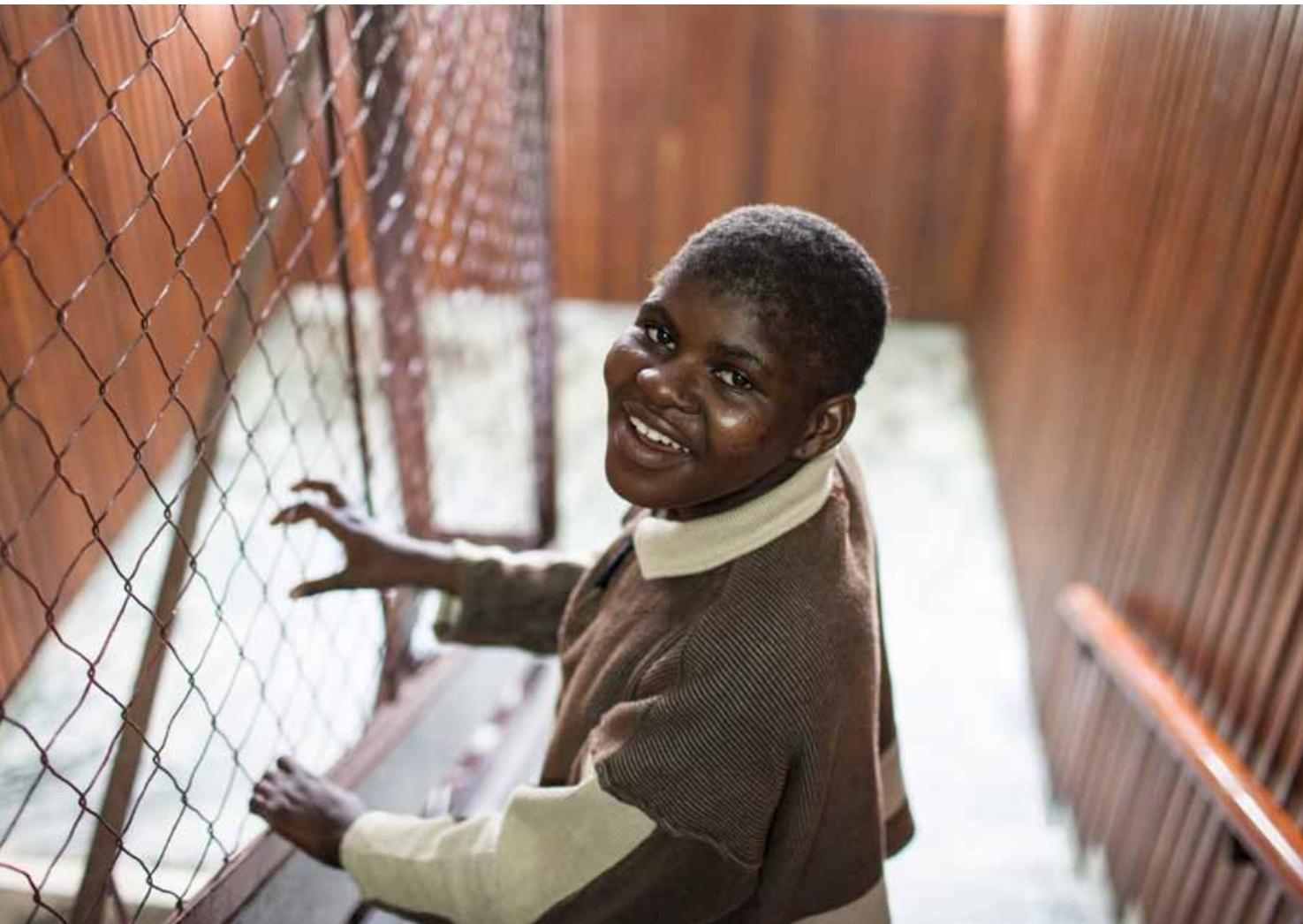
Orfã com deficiência ganha família de acolhimento

Aos 18 ANOS, a perspectiva de Grace encontrar uma família de acolhimento era quase nula. Sofrendo de deficiência mental, tem um temperamento dócil, mas um comportamento errático. Reside no Infantário Provincial da Beira desde que, aos seis anos de idade, perdeu ambos os progenitores. Tem três irmãos, que foram acolhidos por uma associação.

«É muito raro encontrar alguém que queira acolher, especialmente num caso como a Grace. Ela não faz mal a ninguém, mas tem uma deficiência mental», explica Alfredo Laitone, administrador do infantário.

«Até aos seis anos de idade, Grace fazia as necessidades por todo o lado. Nessa altura, pensámos arranjar pessoal só para trabalhar com ela e informámos as senhoras que precisava de cuidados intensivos», continua Laitone. «Para nós é um sucesso, porque deixou de fazer necessidades maiores por todo o lado e tirar a roupa».

GRACE, 18 ANOS



Grace saindo do centro de acolhimento para o aconchego familiar, depois de doze anos a vive no infantário, agora com o programa do Governo e do UNICEF, Grace ganha família com autorização do judiciário



O destino de Grace poderia ser igual ao de tantas crianças portadoras de deficiência, que são alvo de discriminação e abusos por parte de terceiros e da própria família, que encara aquela pessoa como um castigo ou maldição. No entanto, a sua sorte mudou no dia em que Armandina foi trabalhar para o infantário.

«Ela habituou-se muito a mim e eu também gosto muito dela. Quando não venho, ela sente a falta», explica com simplicidade. «Basta ver-me, vem a correr e beija-me».

Foi há cinco anos que esta mãe de cinco crianças, entre os 5 e os 18 anos de idade, entrou no Infantário Provincial para trabalhar como auxiliar. Recentemente, com



o apoio do infantário, voluntariou-se para acolher Grace na sua família para poder cuidar dela permanentemente.

Neste sentido, foi identificada uma propriedade rural onde Armandina passará a viver com a sua família, continuando a ser considerada como funcionária do Infantário, de modo a poder garantir o sustento de todos.

«É uma quinta com algumas infraestruturas, mas precisa de portas», acrescenta Laitone. «Nós comprometemo-nos a criar condições. Armandina vai viver lá com os seus filhos e Grace. E também pode acolher lá mais uma criança».

Quando questionada sobre a exigência de cuidar de uma pessoa portadora de



deficiência, a auxiliar rejeita qualquer ideia de dificuldade: «É só estar com eles, dar carinho, aquele amor todo. Não tem muita coisa difícil».

Sentadas no gabinete da administração do infantário, Armandina pede um beijo à sua protegida. Grace encosta a cabeça no ombro dela e envolve-lhe o rosto com a mão. Não são precisas palavras para perceber a ligação profunda que une estas duas pessoas. Para efeitos legais, o infantário está a submeter a Secção de Menores do Tribunal Judicial da Província de Sofala um processo, para que a família de Armandina seja reconhecida como a “família de acolhimento” de Grace.

«Só a criança que entrou aqui na condição de abandonada, orfandade,

Só a criança que entrou aqui na condição de abandonada, orfandade, desamparo total é que pode ser adoptada com consentimento dos pais e na falta destes com autorização do judiciário

desamparo total é que pode ser adoptada com consentimento dos pais e na falta destes com autorização do judiciário», explica Laitone. «No caso da Armandina, é preciso constituir legalmente família de acolhimento da Grace; sendo que a Grace conservará todos os direitos e deveres em relação à família natural. Caso apareçam familiares, que pretendam cuidar de Grace, ela aceita entregar, havendo processo judicial que determine o afastamento do menor».

BRIGITE MESQUITA VASCONCELOS, CONSERVADORA

Conservatória do Registo Civil

O registo de nascimento é uma das áreas em que Moçambique tem apresentado maiores progressos no que respeita à protecção da criança. Em 2004, apenas 8% das crianças menores de 5 anos tinha registo de nascimento. **No entanto, através de uma campanha massiva lançada pelo Governo, com apoio do UNICEF e parceiros de cooperação, a taxa aumentou para 31% em 2008 e 47,9% em 2011.**

Apesar de o registo ser gratuito durante os primeiros quatro meses de vida, os obstáculos são vários: falta de recursos (materiais e humanos), infraestruturas deficientes, ausência de uma base de dados nacional e, ainda, determinadas práticas culturais.

«Há um posto de registo civil nos hospitais, mas há muitas pessoas que não vão lá registar, porque o nome só é dado após algum tempo e seguindo determinados rituais», esclarece a Conservadora Brigitte Mesquita Vasconcelos, da Conservatória do Registo Civil da província de Tete.

Parte da campanha envolveu a criação de brigadas móveis, numa campanha nacional para, no terreno, procederem ao registo em massivo das crianças moçambicanas. Capacitaram-se os técnicos e distribuíram-se meios de transporte. Durante as deslocações para as comunidades, os elementos da

Conservatória aproveitaram para fazer um trabalho de sensibilização junto dos líderes políticos, civis, religiosos e comunitários, bem como dos encarregados de educação, acerca da necessidade de possuir uma identidade.

«Costumo dizer que um cidadão sem registo é equiparável a um cidadão marginal. Quem é ele na sociedade?», reflecte a Conservadora, durante uma entrevista no seu gabinete. *«O registo de nascimento é importante porque é a partir do registo que se passa a adquirir a cidadania. Para alguém ser conhecido na sociedade tem que ter documentos, senão não está contabilizado».*

Através das brigadas móveis, em Tete, foram processados 2.100 registos em apenas um mês. No entanto, apesar dos resultados, persistem ainda diversos obstáculos que impedem uma resposta cabal. O maior desafio consiste em identificar a criança, conhecer a sua situação familiar e sensibilizar os parentes para a necessidade de ser registada. *«Muitos deles não comparecem. A questão da maternidade e paternidade muitas vezes levanta polémica»*, explica Vasconcelos.

No entanto, quando chega a época da matrícula escolar, os encarregados de educação acorrem à Conservatória porque precisam da cédula para inscrever as

crianças no ensino primário. Nessa altura, cria-se um congestionamento nos serviços e chegam a faltar folhas onde registar os cidadãos.

«Acabamos não tendo 'staff' suficiente para responder à demanda e às vezes, nesse período, já não temos material suficiente. A Conservatória é dependente da Direcção Provincial de Justiça para aquisição de material, não tem orçamento próprio», lamenta Vasconcelos.

Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos, persistem constrangimentos relacionados com a logística, a infraestrutura e a gestão da informação. *«O registo de nascimento não tem sistema informático», salienta a Conservadora. «A recolha de dados é feita nos livros e cada*

posto guarda. Não existe uma base de dados a nível central».

Um incêndio, em 2008, no edifício da Conservatória de Tete resultou na destruição parcial dos registos. *«O incêndio foi durante a noite», relata Vasconcelos. «Começou do outro lado da Contabilidade e perdemos muita informação. A área de registo de entidades legais ficou sem registos nenhuns».*

Desde então, a Conservatória passou a ocupar provisoriamente o edifício da Alfândega, na capital provincial. Por sorte, as chamas não atingiram os livros onde constam os assentos de nascimento dos cidadãos daquela capital provincial. De outro modo, teriam ficado perdidos para sempre.



ROSA, 28 ANOS

Mulher zela por irmã com deficiência

JÚLIA SOFRE DE uma deficiência psicomotora profunda (tem uma mobilidade muito reduzida e não fala), no entanto é mãe de duas meninas, uma com 12 anos e outra com 7. As filhas têm pais diferentes, ambos desconhecidos. É difícil imaginar o nível de abusos a que terá sido sujeita, sem poder defender-se, para poder conceber.

Registando avanços significativos nos últimos anos, em 2012, Moçambique aprovou o Plano Nacional de Acção para a Área da Deficiência, que estabelece as prioridades de intervenção em prol das pessoas com deficiência. O Plano Nacional de Acção para a Criança 2013-2019 contempla igualmente a protecção das que vivem com deficiência.

Com idade rondando os 30 anos, Júlia vive com a irmã Rosa, de 28, num bairro da cidade de Tete, desde que, em Janeiro de 2012, faleceu a mãe – ela própria deficiente. As filhas frequentam a escola, tendo a mais velha completado a 5^a classe e a mais nova a 1^a.

ROSA 28 ANOS



Julia, deficiente, ten duas filhas de pais diferentes, ambos desconhecidos. É difícil imaginar o nível de abusos a que terá sido sujeita, sem poder defender-se, para poder conceber



Filha de Rosa com infecção na vista

Rosa, por sua vez, tem dois filhos: um de 4 anos e outro com 9 meses. No ano passado, vivia no distrito de Changara, com o pai dos filhos, até que este faleceu. Pela mesma altura, a mãe adoeceu com malária e ela voltou à casa materna para cuidar dela. «Comecei a fazer sumo de limão, papa e sopa», recorda.

«Quando a mamã nos deixou, ficámos a sofrer sempre», continua Rosa, embalando o bebé nos braços. «Então nós começámos a explicar ao INAS que estamos mal, não temos nada para dar a essas crianças».

Devido à sua condição, a mãe recebia um subsídio mensal de 220 meticais. Após a sua morte, Rosa conseguiu reclamar o valor mensal em nome da irmã, pelo mesmo motivo. Segundo a Lei sobre a Protecção Social, aprovada em 2007, a protecção social básica deve abranger os cidadãos que estão impossibilitados de trabalhar ou que não têm meios para satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo: pessoas em situação de pobreza absoluta; crianças em circunstâncias difíceis; idosos em situação de pobreza; pessoas portadoras de deficiência em situação de pobreza absoluta; e pessoas com doenças crónicas ou doenças degenerativas.

A Júlia irá receber uma casa que esta a ser construída com apoio do INAS. «Há muito tempo, aqui, quando chovia, entrava água», recorda Rosa sobre a precária habitação onde se encontravam antes. «Esta casa já estava a cair»

As duas irmãs vivem agora sozinhas com as quatro crianças, recebendo algum apoio da família do falecido pai dos seus filhos. Com essa ajuda, Rosa está a construir uma casa, onde ficará a viver com os seus meninos.

A Júlia irá receber uma casa que esta a ser construída com apoio do INAS. «Há muito tempo, aqui, quando chovia, entrava água», recorda Rosa sobre a precária habitação onde se encontravam antes. «Esta casa já estava a cair».

Apesar de ter poucas perspectivas de conseguir trabalho, Rosa está consciente da sua responsabilidade para com a irmã e as sobrinhas. Quase a completar 30 anos, teve coragem de frequentar a escola e terminou a 7^a classe. «Sou a única que posso ajudar para esta casa toda. Aquilo que conseguirmos, vamos comer», reconhece. «Vamos ficar aqui nestas casas e pedir ajuda».

SOFRIMENTO, 8 ANOS

Criança órfã cuida de avó invisual

«ONDE ESTÁ O MEU NETO?», pergunta insistente Delfina. A avó, de 80 anos, sofre de deficiência visual e procura amparo no neto, com apenas 8 anos. Quando o menino lhe foi entregue, logo após o nascimento, já imaginava a vida que o aguardava. Por isso, escolheu o nome que melhor captava essa realidade: Sofrimento.

«Dei este nome por causa da vida que levava. Sofreu muito. De manhã não tinha nada para comer e sempre estava a chorar», explica a senhora, sentada no chão à sombra da sua casa, na cidade de Tete. «Não tomou leite, dava papinhas. Às vezes dava-lhe água com açúcar que as pessoas ofereciam».

A avó do lado paterno ficou a tomar conta do menino depois do falecimento do pai, seu filho. A mãe «saiu há muito tempo e deixou o filho com o pai. Não sei se morreu ou não», relata a avó.

Em tempos, Delfina fazia trabalhos esporádicos que lhe permitiam gerar algum rendimento. «Antes de termos moagem, há muito tempo, as pessoas davam milho para pilar e eu recebia algum dinheiro», explica.

SOFRIMENTO 8 ANOS



A avó, de 80 anos, sofre de deficiência visual e procura amparo no neto, com apenas 8 anos



Hoje, a sua subsistência assenta numa pensão mensal de 200 meticais, atribuída pelo Instituto Nacional de Acção Social, e alguns apoios de uma congregação religiosa. Além disso, desloca-se ao centro da cidade para procurar a caridade dos donos das lojas.

Ao acompanhar a situação desta avó, os técnicos da Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social (DPMAS) tomaram conhecimento de um aproveitamento indevido do seu terreno por parte de um vizinho. Sem o conhecimento da avó, estava a ser erguida uma construção a

A casa precária onde vive – que lhe foi dada pelo filho – foi substituída por uma habitação melhorada, no âmbito da intervenção da Acção Social

escassos metros de sua casa. Assim, para evitar que Delfina perdesse a sua habitação, alertaram as estruturas locais e o Presidente do Município para que a situação fosse legalizada. Simultaneamente, a casa precária onde vive – que lhe foi dada pelo filho – foi substituída por uma habitação melhorada, no âmbito da intervenção da Acção Social.

O desafio que se coloca agora é o enquadramento escolar de Sofrimento. Apesar de estar matriculado no ensino primário, são poucas as vezes em que vai à escola. É ele que guia a avó e a acompanha quando vão para a rua pedir. Quando não está – como no dia em que a conhecemos – ela sente-se desamparada. «*Esse menino saiu assim, nem se despediu de mim*», barafusta Delfina.

Para fazer face a este tipo de situação, a DPMAS está a tomar medidas para que as crianças que servem de guias a pessoas com deficiência sejam encorajadas a estudar no Centro de Recursos para a Educação Inclusiva, em Tete. Ao mesmo tempo, serão criadas condições para que os adultos passem o dia num centro aberto, ainda em fase de construção, com apoio de um parceiro internacional. «*De outra maneira, nunca vamos conseguir. Porque essas pessoas querem ir à rua com os pequenos, para pedir esmola*», explica Josela Ferrão, Chefe do Departamento de Acção Social da DPMAS de Tete.



Sensibilizar os idosos contra a prática da mendicidade é uma componente importante do trabalho social, que tem vindo a ser feito em todas as províncias de Moçambique.

Em particular, procura-se persuadir os idosos a não levar as crianças para a rua e, paralelamente, os agentes económicos e a população em geral têm sido alertados para não darem esmola, de modo a não perpetuar esta prática.

Quando já estamos para sair, Sofrimento aparece, para alívio da avó. No futuro, Delfina quer para o neto tudo aquilo que uma avó pode desejar: «*Eu quero que ele venha a ser uma pessoa boa, que possa estudar. Que venha a ser um homem e que tenha o serviço dele, para eu parar de ir com ele na cidade, andar na rua*».



Na ausência da mãe Samuel percorria 5km por dia para cartar água para si e seus irmãos. Fonte de água construída com apoio do UNICEF



SAMUEL, 17 ANOS

Mãe deixa crianças para procurar sustento

Aos 40 ANOS, Raquel trabalhava doze horas seguidas, debaixo de um sol impiedoso, peneirando a terra em busca de pepitas reluzentes. Entre as 5h da manhã e as 17h, fazia uma pausa de cinco minutos para tomar uma refeição junto das suas companheiras de garimpo, naquela mina de ouro, na província de Tete. Ao fim do dia, deitava o corpo cansado numa tenda improvisada a partir de uma cobertura de plástico. «*Tinha ido procurar formas de alimentar as crianças*», diz esta mãe de três filhos menores, na sua casa de uma divisão, feita de tijolo de barro e tecto de colmo, no distrito de Changara.

Aquela província, contudo, apresenta ainda sinais de pobreza extrema, com mais de 64.000 crianças identificadas como órfãs ou vulneráveis. Entre essas, apenas 54.000 recebem algum tipo de assistência social, devido à falta de capacidade do Estado, ou dos parceiros de cooperação, de abranger todas elas.

Raquel deixou para trás os filhos e um pequeno negócio informal de venda de tomate para tentar a sorte nas minas de ouro.

Raquel deixou os filhos para tentar a sorte nas minas de ouro. ... Ao fim de doze horas de trabalho, ganhava um balde de terra

Viajou durante dois dias, percorrendo os últimos 30km a pé, para penetrar na zona fronteiriça ao Malawi. Ao fim de doze horas de trabalho, ganhava um balde de terra. O ouro, que porventura apanhassesse nesse recipiente, era variável e constituía a remuneração do seu trabalho. Aquilo que encontrasse era vendido aos donos da mina, por um valor que nunca ultrapassava os 100 meticais (menos de 4 dólares) por dia.

«*Quando cheguei lá, vi que o trabalho era muito e era duro*», recorda Raquel, que agora está de volta a casa. «*Tem muitas mulheres a trabalhar lá*».

Enquanto esteve fora, e incontactável, os filhos ficaram entregues à própria sorte. Samuel, de 17 anos, despertou para o dinheiro fácil, ajudando pessoas a atravessar clandestinamente a fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe. O do meio, de 14 anos, saltita entre um país e o outro. Ambos abandonaram a escola e não têm grandes perspectivas de sair daquele ciclo vicioso. A mais nova, de 13 anos, é a única que parece interessada em estudar, tendo completado a 6^a classe. Durante a

ausência da mãe, a menina fazia trabalhos domésticos em casa de uns vizinhos, mas estes despediam-na continuamente, achando que era um fardo para eles. A sua vulnerabilidade, numa vila de fronteira com um intenso tráfego de pesados, constituía uma enorme fonte de preocupação.

Para Raquel voltar a casa, o comité comunitário – em concertação com os serviços distritais e provinciais de Acção Social – exerceu uma grande pressão, procurando sensibilizá-la para os riscos que as crianças corriam se continuassem desprovidas da presença materna. Depois de identificar a situação dos menores, o comité localizou a mãe através de um contacto telefónico.

O presidente do Comité Comunitário falou pessoalmente com Raquel para persuadi-la a voltar para casa e, no dia em que finalmente chegou, ligou de imediato para os Serviços Distritais de Acção Social. Por sua vez, estes alertaram a DPMAS de Tete e, no dia seguinte, uma brigada provincial estava no posto para procurar soluções, com vista a reter a mãe junto dos filhos. Para apoiar o rendimento familiar, Raquel e Samuel foram integrados no programa de Acção Social Produtiva. «*Estamos satisfeitos porque conseguimos recuperar as crianças. Elas estavam abandonadas, agora já estão amparadas*», afirma um membro do Comité Comunitário.



A integração escolar é o maior desafio, dada a relutância dos filhos em frequentar a escola. A Direcção Provincial espera que este caso seja entendido pela comunidade como um sinal do importante trabalho que a Acção Social desenvolve, em concertação com o Comité Comunitário, para a protecção das crianças mais vulneráveis.

«Para esses serem um exemplo e o trabalho do comité ser aceite, depende muito da família. As crianças têm que aceitar ir à escola», resume Josela Ferrão, chefe do Departamento de Acção da DPMAS de Tete.

Enquanto esteve fora, e incontactável, os filhos ficaram entregues à própria sorte. Dois abandonaram a escola, e envolveram-se em actividades clandestinas e a menina de doze tornou-se empregada domestica

JOSELA GONÇALO FERRÃO, CHEFE DO DEPARTAMENTO

Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social

Na província de Tete estão identificadas **64.000 crianças órfãs e vulneráveis, mas apenas 54.000 são abrangidas por algum tipo de apoio, nos seis serviços básicos (educação, saúde, nutrição e apoio alimentar, apoio legal, financeiro, psicossocial)**. «*Não conseguimos abranger todas por causa da falta de meios. A única coisa que conseguimos incluir, a quase todas, é na escola, porque quase todas estão no ensino primário e esse é gratuito*», afirma Josela Gonçalo Ferrão, Chefe do Departamento de Acção Social, na Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social, em Tete.

«*O principal constrangimento é a existência de vários grupos-alvo (idosos, deficientes e crianças) a precisarem de diversos tipos de ajuda*», acrescenta Ferrão, que trabalha na Acção Social há praticamente 15 anos.

No que diz respeito ao caso particular das crianças, um dos maiores desafios reside no elevado número de órfãos. Os pedidos de internamento por orfandade podem ultrapassar os vinte num só mês. No entanto, a institucionalização da criança é o último recurso, já que o Governo privilegia a busca de soluções no seio da comunidade e, em particular, a reunificação familiar.

«*Como a política que seguimos é de não institucionalização, sensibilizamos a avó para cuidar da criança e ajudamos*

para que tenha as condições básicas», explica Ferrão. Cada caso é analisado de modo a encontrar a melhor resposta para garantir o acesso aos diferentes programas e serviços prestados, no âmbito da protecção social.

Por vezes, o apoio ultrapassa o mero dever profissional. «*Às vezes é difícil esquecer o lado humano. Se temos um dinheirinho no bolso, tiramos para dar uma lata de leite, porque aquela avó vem de longe. Ensinamos a preparar o leite e mobilizamos a ela para junto da comunidade procurar ajuda*», acrescenta.

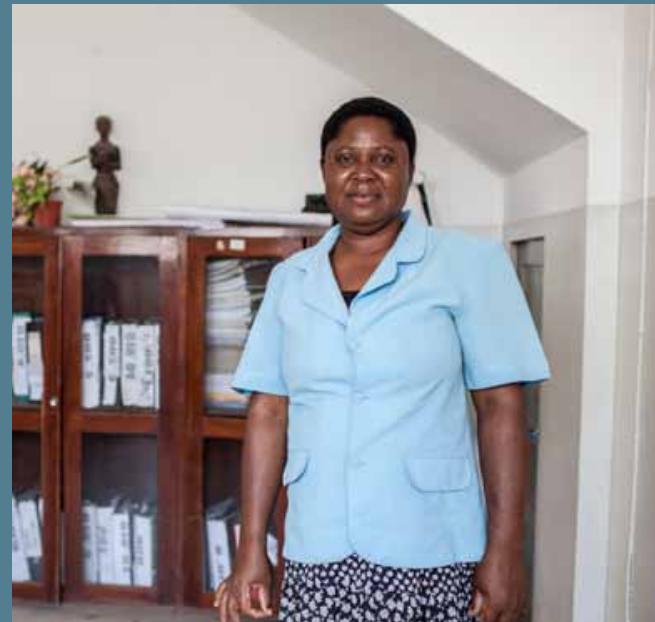
Formada em Cuba, desde cedo que Ferrão ansiava trabalhar com crianças. Além das várias horas que dedica aos mais vulneráveis, ainda encontra tempo para estudar, estando a frequentar o curso de Direito para entender melhor as leis que regulam e protegem o seu grupo-alvo. «*O que falta em Moçambique é pessoal capacitado, quadros formados e condições de trabalho*», resume.

Na província de Tete existem 13 distritos, mas apenas seis têm técnicos formados de Acção Social. «*Nos outros distritos os técnicos de Saúde é que respondem pela Acção Social, mas não estão preparados para dar uma resposta cabal. A recolha de dados, os relatórios que fazem, a identificação e priorização dos casos, não entendem da mesma maneira que um técnico qualificado de Acção Social. Há uma grande diferença*», lamenta.

Para poder abranger todas as crianças identificadas na província, Ferrão acredita que «*aquilo que falta é apoio financeiro para podermos fortalecer os comités comunitários*». Na província de Tete existem 144 comités, um instrumento criado a nível central, que tem sido uma ferramenta base na identificação dos casos mais vulneráveis da comunidade, e no encaminhamento para os serviços relevantes. Os seus membros, nomeados normalmente pelos líderes locais, conhecem de perto as necessidades dos mais vulneráveis, pois pertencem à comunidade, coabitam o mesmo espaço e sentem na pele os mesmos dilemas. «*Havendo um reforço do financiamento, a prioridade seria fazer programas de*

geração de renda, para promover a auto sustentabilidade dos comités comunitários e a capacitação em trabalho social», defende a Chefe de Acção Social.

Para além da necessidade de reforçar a capacidade de resposta por parte dos comités comunitários, Ferrão refere que é importante investir nos meios de transporte para os distritos «*porque trabalham muito e cobrem grandes distâncias*». Outro desafio, que a Chefe de Acção Social aponta, é a necessidade de reforçar a ligação entre a Acção Social e os meios de comunicação ao nível da província, uma vez que constituem um importante aliado na sensibilização das comunidades, divulgação de informações e mudança de comportamento.



ANGELINA, 34 ANOS

Mulher responsável por cinco irmãos órfãos

HÁ CERCA DE NOVE MESES, Angelina, com 34 anos, viu-se a braços com cinco crianças órfãs. Com o falecimento do pai, em Janeiro de 2012, teve que assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos, com idades compreendidas entre os 4 e os 17 anos.

Na altura, não tinha nenhuma fonte de rendimento formal e vivia com os irmãos numa habitação precária. Hoje, Angelina está integrada no Programa Acção Social Produtiva (PASP), recentemente criado pelo Governo para promover a inclusão socioeconómica dos beneficiários e suas famílias.

«Antes fazia biscoate para conseguir comprar lata de milho. Agora deixei, porque já estou a receber», conta Angelina.

A nova abordagem de combate à vulnerabilidade, desenhada pelo Ministério da Mulher e da Acção Social e implementada pelo INAS, foi lançada em 2012 em quatro províncias (Inhambane, Manica, Sofala e Gaza), abrangendo um universo populacional de 9.592 agregados familiares. Financiado pelo Governo e parceiros de

ANGELINA 34 ANOS





Angelina trabalha numa fábrica de tijolos quatro horas por dia, de segunda a quinta-feira, recebendo mensalmente um saco de 50kg de arroz

cooperação, o PASP abrange indivíduos em situação de pobreza extrema, mas com capacidade de trabalho, enquadrando-os em actividades de geração de renda, que incluem um programa de trabalho público com recurso a mão-de-obra intensiva.

Angelina é um dos 1.500 beneficiários do Programa, que foi lançado no distrito de Changara, na província de Tete, em Agosto de 2012. Ela trabalha numa fábrica de tijolos quatro horas por dia, de segunda a quinta-feira, recebendo mensalmente um saco de 50kg de arroz.

«Saio às 6h e volto às 10h. Deixo o matabicho pronto e depois venho», relata durante uma conversa junto à sua casa.

A intervenção da Acção Social incluiu também uma habitação melhorada, roupa, utensílios e redes mosquiteiras. Os documentos de identificação já existiam, mas foram queimados e há necessidade de se emitir uma segunda via.

Apesar da inserção no PASP ajudar a minimizar a vulnerabilidade deste agregado, ainda persistem outros desafios. O principal prende-se com a necessidade de acompanhar os cinco irmãos.

«Aquela está a dar-me muitos problemas, não quer ir à escola», conta Angelina, acrescentando que a menina, de 7 anos, foi para casa de um tio paterno, na cidade de Tete, mas não quer continuar lá.

Rosinha, com 10 anos, está a frequentar a 1^a Classe e aparenta estar bem cuidada. Agarrada a um cão de peluche, que chama de Bóbi, sorri largamente para a máquina fotográfica. Há ainda uma menina de 14 anos, que frequenta a 4^a Classe, e um irmão de 17 anos, que está na 7^a Classe.

A irmã mais nova, com 4 anos, foi entregue por Angelina no Centro de Recursos para a Educação Inclusiva, na cidade de Tete. Apesar de garantir que a criança ficou contente por estar ali, esta

Financiado pelo Governo e parceiros de cooperação, o PASP abrange indivíduos em situação de pobreza extrema, mas com capacidade de trabalho, enquadrando-os em actividades de trabalhos públicos e facilitando o acesso a apoio à geração de rendimentos

medida contraria a posição do Governo e das organizações multilaterais, que privilegia a manutenção dos vínculos familiares e comunitários – fundamentais para a estruturação das crianças como sujeitos e cidadãos – em detrimento da institucionalização.

O caso de Angelina não teve ainda o desfecho desejável e carece de mais acompanhamento. No entanto, a tarefa é hercúlea, e compreende-se, que os meios disponíveis não permitam dar uma resposta cabal. No distrito de Changara, onde vivem Angelina e os irmãos, há 13.871 crianças órfãs e vulneráveis identificadas, mas apenas 6.000 (cerca de 43%) recebem algum tipo de apoio da Acção Social distrital.

EUGÉNIO TOMÁS, CHEFE DO DEPARTAMENTO

Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social

Apesar dos vários constrangimentos que existem para garantir a protecção integral da criança, o Chefe do Departamento de Acção Social, na província de Manica reconhece alguns progressos, que se registaram nos últimos anos. Segundo Eugénio Tomás, o acesso aos serviços básicos gratuitos representou um grande avanço na capacidade de resposta às necessidades

dos grupos vulneráveis. «Há 10 anos, falar de vulnerabilidade significava tudo, até não ter acesso à escola. Mas agora, o acesso é muito maior, mesmo nas comunidades rurais a sensibilidade é muito maior».

Na perspectiva de Tomás, o trabalho de sensibilização e de divulgação dos instrumentos de protecção da criança contribuiu para estes progressos,



mas «*deve-se sobretudo à criação de mecanismos de coordenação, como as organizações comunitárias de base, os comités comunitários e os grupos técnicos de apoio às crianças órfãs e vulneráveis.*»

Um exemplo que refere, é o trabalho que tem sido feito com as crianças de rua na cidade de Chimoio, capital provincial de Manica. Partindo de um trabalho coordenado entre os diversos parceiros, realizou-se um inquérito, entre Fevereiro e Abril de 2011, no sentido de conhecer o fenómeno. «*Se quiséssemos que o nosso trabalho acabasse às 17h ou 18h, estaríamos enganados, porque veríamos muitas crianças que, afinal, voltam para casa à noite. Queríamos ver também, de madrugada, quais é que apareciam depois de termos ido embora.*»

Deste modo, foram identificadas 27 crianças de rua (aqueles que não têm casa onde voltar), num universo de cerca de 60 crianças na rua (aqueles que passam o dia na rua e regressam a casa para dormir). Das 27 crianças de rua, houve 17 que foram reunificadas com as famílias, ou colocadas em centros de acolhimento. Apenas 10 não foram reinseridas, por não quererem voltar para a família, nem frequentar um centro.

Uma das lacunas que persistem, ao nível da província, prende-se com a falta de meios para proceder ao levantamento do número exacto de casos de crianças órfãs e vulneráveis. Os dados utilizados como base, e que apontam para a existência de 63.000 crianças em situação de vulnerabilidade na província, datam de há

seis anos atrás.

«*Em termos de dados, tivemos uma grande ajuda, entre 2004 e 2006, por parte dos parceiros, porque fizemos um levantamento de raiz que facilitou a obtenção de números sobre a situação das crianças órfãs e vulneráveis no país, incluindo Manica*», relata Tomás. «*Envolveu muito dinheiro, mas daí para aqui não temos conseguido. Os dados que estamos a usar são estes.*»

Tal como a generalidade dos profissionais envolvidos no trabalho social, Tomás refere o papel dos comités comunitários como importante aliado dos técnicos. **Ao nível da província, existem 95 comités, distribuídos por nove distritos. No entanto, entende que o carácter voluntário dos seus membros é um impedimento ao seu pleno funcionamento.** «*Podemos ver, por exemplo, um comité formado por 12 membros, mas só conseguimos trabalhar com cinco*», lamenta o Chefe de Acção Social. «*Os membros, para além de estarem nos comités comunitários, têm as suas ocupações de vida (para sustentar as respectivas famílias). Por causa disso, o contexto situacional muda a cada ano que passa.*»

Se dispusesse de um fundo para reforçar o sistema de protecção da criança, Tomás começaria por investir no levantamento de dados, priorizando de seguida a formação de técnicos e, em terceiro lugar, a criação de programas de geração de renda para os comités comunitários.



MELINA, 76 ANOS

Avó protege três netos órfãos

A AVÓ MELINA TEM CARÁCTER. Quando uma brigada da Ação Social do distrito de Changara (província de Tete) foi ao seu encontro para documentar a sua história e entregar apoio alimentar, ela fugiu a sete pés pensando que queriam levar-lhe os netos. Apesar da situação de extrema vulnerabilidade em que vive, esta avó reage como uma fera perante qualquer ameaça às suas crias. Afinal, à semelhança de tantas avós em Moçambique, ela é mãe dos seus netos.

«Tenho orgulho de os ter», declara Melina através de um intérprete. Com mais de 75 anos, ela cuida de três crianças, com idades entre os 2 e os 10 anos, cujos pais faleceram em 2010. Quando os serviços distritais da Ação Social identificaram a sua situação, viviam num abrigo feito com paus e telhado de palha, que mal se podia chamar de casa. A criança mais pequena, recém-nascida, encontrava-se em estado de severa malnutrição.



Avo mostra orgulhosa que a sua neta tem as vacinas em dia

Desde então, o agregado começou a receber assistência alimentar, incluindo leite infantil, através do Programa de Apoio Social Directo (PASD), atribuído pelo INAS, e do Programa Mundial Alimentar (PMA) das Nações Unidas. O PASD é um programa de assistência social, que visa atender situações que exigem uma intervenção imediata, e é destinado a pessoas que se encontram num estado de pobreza absoluta, que, por si sós, não são capazes de encontrar mecanismos, meios materiais ou financeiros, para a satisfação das suas necessidades básicas.

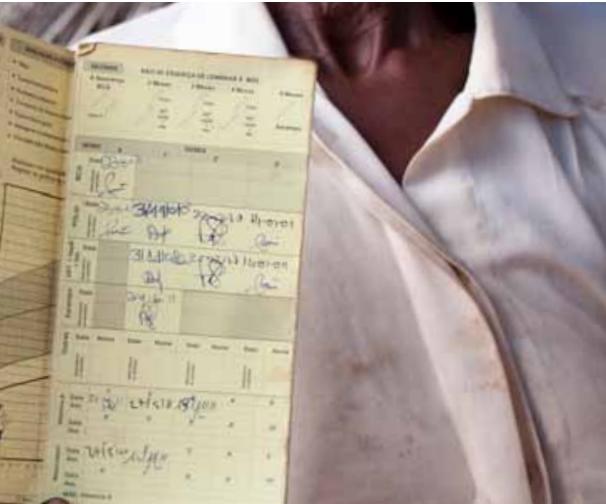
Paralelamente, está em curso o processo de identificação de um local para a construção duma nova habitação para

a família. A palhota onde vivia mal se aguenta de pé, e a família mudou-se para uma minúscula casa de barro e colmo, com uma única divisão e uma pequena janela em triângulo, cedida por uma vizinha.

Durante a nossa visita, assistimos a mais um braço de ferro entre Melina e a brigada da Ação Social. Segundo nos informa o comité comunitário, os tijolos para a casa nova já estão a ser feitos, mas não conseguem chegar a acordo sobre o sítio onde será construída. A Ação Social tinha identificado uma das 10 casas do Centro de Apoio à Velhice, que o INAS disponibiliza para idosos.

Acontece que, grande parte dos

MELINA 76 ANOS



residentes aparenta sofrer de demência e, por isso, Melina recusa-se a ir para lá. Segundo as crenças locais, aquelas pessoas estão associadas à feitiçaria e a avó não quer ser confundida. «*Ela não quer manter os netos neste ambiente*», explica um dos membros do comité comunitário.

Por fim, a avó ganha. Todos
compreendem que ela queira que os netos
cresçam num meio saudável, inseridos na
importante rede de apoio dos vizinhos com
a qual tem contado.

Entretanto, as três crianças já têm registo de nascimento e as mais velhas estão a estudar. Receberam três redes mosquiteiras, que a avó guarda como uma preciosidade. A bebé está a crescer visivelmente bem nu-

Melina começou a receber assistência alimentar, através do Programa de Apoio Social Directo, atribuído pelo INAS, e do PMA

trida. Vasco, o do meio, pega numa caneta e aceita o desafio de escrever o próprio nome. A avó mal consegue esconder o espanto e orgulho quando os vizinhos aplaudem o menino de 8 anos.

Quanto a Melina, não vai deixar de reclamar para os seus netos-filhos o máximo que estiver ao seu alcance: «*Quero mais comida, cobertores, roupa e escola. Quero mais de tudo*», exige com determinação. «*Hei-de ficar muito contente porque hei-de ver a eles casados, a trabalhar e felizes*».

TORRES FARNELA FATO, CHEFE DE REPARTIÇÃO

Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social

Desde 1995 que, Torres Farnela Fato, exerce funções de Chefe de Repartição da Mulher e da Acção Social, em Changara, distrito da província de Tete com cerca de 160.000 habitantes. Apesar dos instrumentos que tem ao seu dispor, não consegue dar resposta a todos os casos identificados de crianças órfãs e vulneráveis: das 13.871 crianças registadas pelos seus serviços, apenas 6.000 (menos de metade) recebe algum tipo de apoio.

«*O maior desafio é a protecção da criança, porque a demanda é maior*», constata Fato. «*Estamos a ter uma resposta que não é satisfatória*».

Os meios ao seu alcance são dispensados pelo INAS, o braço implementador do Ministério da Mulher e da Acção Social, que dispõe dos seguintes instrumentos: pensão de velhice, que consiste num subsídio mensal de alimentação, variando entre 200 e 300 meticais consoante o agregado familiar; Acção Social Directa, que inclui comida, roupa ou material escolar; Programa de Acção Social Produtiva (PASP), um modelo de trabalho em troca de comida, que identifica, dentro do grupo-alvo, pessoas com capacidade de trabalho. Criado recentemente, o PASP está a beneficiar 1500 famílias, no distrito de Changara, desde Agosto de 2011.

Para além do INAS, existem agências multilaterais, organizações não-

governamentais e associações locais, que apoiam com uma cesta básica, géneros alimentícios, material escolar e assistência na melhoria ou construção de habitações, ou em programas de geração de renda.

No entanto, a resposta revela-se insuficiente. Por isso, tal como noutras distritos, grande parte da responsabilidade recai sobre os comités comunitários. «*Nós trabalhamos com os comités porque servem de ligação entre a própria comunidade e nós. Esses comités trabalham sem nenhuma remuneração e sem recompensa. Andam a pé de um lado para o outro*», lamenta Fato.

O distrito tem três postos administrativos, nove localidades e 14 comités comunitários. O fluxo de informação entre estes organismos mantém-se, através dos mecanismos de articulação, entre a administração distrital e o nível local, sendo a **comunicação feita quase sempre verbalmente, devido à falta de meios de comunicação e transporte. Nos casos em que existe uma comunicação escrita, pode levar de 5 a 10 dias até chegar ao destinatário**.

«*Esses comités trabalham com os líderes locais e dão-lhes a informação necessária. A informação é-nos transmitida uma vez por mês, quando o chefe da localidade e os líderes comunitários aparecem na sede para uma sessão do Governo. Nessa altura recolho*



a informação», explica o Chefe de Repartição.

Para além disso, Fato é igualmente responsável por fazer uma ronda regular por todos os postos e localidades do distrito, que tem mais de 8.000km2. No entanto, a dificuldade dos acessos e a falta de meios torna a tarefa deveras exigente. «*Temos muitas dificuldades, por causa dos meios de transporte. Às vezes uso chapéu e às vezes uso o meu salário pessoal*», admite Fato.

Entre as várias lacunas que existem, Fato reconhece que a principal prioridade

é investir nos comités comunitários. «*É um orgulho dizer que os comités mais fortes ao nível da província são os de Changara. Havendo incentivo para eles, poderão estar ainda mais motivados*», conclui.

Ao nível distrital, deveria estar a funcionar um núcleo multisectorial, composto por representantes dos diversos serviços que integram o sistema de proteção da criança. No entanto, o núcleo de Changara deixou de funcionar, porque as pessoas que presidiam foram transferidas para outros destinos, e não houve continuidade.

GLÓRIA, 13 ANOS

Três irmãs órfãs ganham casa nova

GLÓRIA E AS IRMÃS falam pouco, mas os sorrisos dizem tudo. Há um tempo atrás, eram o rosto da tristeza. Depois de perderem os pais, em 2008 e 2009, passaram a viver sozinhas numa habitação precária, por duas vezes derrubada pelo temporal, no distrito de Sussundenga, província de Manica.

O agregado familiar esteve desmembrado com a partida de Glória para a cidade, onde trabalha como empregada doméstica; e da mais nova, para cuidar de um bebé recém-nascido. A irmã do meio ficou sozinha, sem alimentos. A intervenção concertada da Acção Social, UNICEF e parceiros de cooperação, com apoio do Governo local, comunidade e sociedade civil, trouxe de volta Glória, assegurou a localização da irmã mais nova e garantiu a reunificação do agregado.

Hoje, com idades entre os 8 e os 13 anos, as irmãs têm uma casa nova com zona de estar e dois quartos, inserida num bairro onde os vizinhos olham pelas três meninas. Estão integradas na alfabetização e têm em perspectiva um pequeno negócio para geração de renda.



Gloria e irmãs em frente a sua nova casa
construída com apoio da Acção social, UNICEF
e parceiros de cooperação



«Estamos muito orgulhosos da colaboração que temos tido por parte da comunidade», reconhece Júlio Samundine, da Associação Kubatsirana, uma organização não-governamental, da província de Manica, que identificou o caso. Orientada para a prestação de cuidados domiciliários a seropositivos, a Associação já apoiava os pais das meninas e tomou conhecimento imediato do seu falecimento.

Durante a nossa presença, as três irmãs fizeram uma visita guiada à sua nova casa, mostrando o quarto da mais velha e o das mais novas, com um beliche de ferro coberto por uma rede mosquiteira. Na zona da entrada, tinham arrumado cuidadosamente os utensílios domésticos que receberam do INAS.

«Elas vivem numa casa sem muro, mas têm bens lá dentro. No entanto, elas sentem-se seguras, porque têm os vizinhos e sentem-se protegidas», observa Samundine.

A casa foi construída por um vizinho, com fundos da Associação Kubatsirana (apoizada pelo UNICEF) e apoio material do INAS (cimento, chapas e mobiliário). Na altura da nossa visita, faltava apenas pintar as paredes. *«A tinta já têm, quando o vizinho voltar da machamba vai pintar a casa»*, assegura Samundine. «Quando trabalhamos com a comunidade, temos que ter paciência».

Para além da habitação, esta intervenção social compreende vários aspectos: apoio alimentar; emissão de cédulas de nascimento; enquadramento em aulas de alfabetização para preparar a entrada no ensino primário; e a identificação de um terreno para agricultura de subsistência. *«Já identificámos uma zona baixa para fazerem hortas e vamos apoiar 10 famílias chefiadas por crianças com alguns insumos agrícolas, para poderem ter alguma produção»*, explica Horácio Zambo, Chefe da Acção Social no distrito de Sussundenga.

Além disso, o líder comunitário permitiu que as irmãs usassem o fontanário do bairro sem pagar pela sua utilização, como é hábito praticar-se entre as famílias

beneficiárias. Com apoio do Governo e UNICEF, foi construído um fontanário - que tem uma comissão de manutenção - que reverte a favor da população. Para cobrir os custos de manutenção, cada utilizador contribui com um valor simbólico mensal. Este requisito não é aplicado aos membros mais desfavorecidos da comunidade, pelo que, Glória e as irmãs, estão isentas dessa taxa.

Paralelamente, o Comité Comunitário destacou um membro – que, por sinal, desempenha funções de Permanente do

Hoje, com idades entre os 8 e os 13 anos, as irmãs têm uma casa nova com zona de estar e dois quartos, inserida num bairro onde os vizinhos zelam e cuidam das três meninas





INAS – para acompanhar as crianças no dia-a-dia e zelar pelo seu bem-estar. Por último, as irmãs foram enquadradas numa confissão religiosa para também serem acompanhadas pela comunidade de crentes.

«Este é um dos nossos motivos de orgulho», comenta Samundine. «Há coisas que nós, como associação, não podemos fazer. Só

Há coisas que nós, como associação, não podemos fazer. Só em ligação com as estruturas comunitárias e a Acção Social é que é possível

em ligação com as estruturas comunitárias e a Acção Social é que é possível».

Os próximos passos consistem em criar um projecto de geração de renda, para promover o auto sustento das crianças e assegurar a continuidade do seu bem-estar. Além disso, será necessário formalizar a posse do terreno onde se encontra a nova habitação.

«O que pensamos agora é legalizar o espaço para ficar em nome das meninas», esclarece Zambo. «Primeiro, vamos fazer uma carta para a Administração do Distrito a pedir isenção de custos, por se tratar de uma família chefiada por menores».

Antes de sairmos, as três irmãs fazem questão de nos convidar para o almoço que



prepararam para as visitas: um delicioso prato de xima com matapa. Tudo é servido a preceito: uma bacia com água para lavar as mãos, seguido de pratos e talheres novinhos em folha.

«Uma lição, que aprendemos com este caso, é que a comunidade precisa de ser tocada para agir», resume Samundine. «Nós demos um empurrão e as coisas começaram a aparecer. A água existia, a escola também, mas não estavam a frequentar. É preciso uma mão – não para dar ajuda, mas para despertar: hei! acorda!».

A resposta, que o distrito de Sussundenga encontrou para este caso, mostra que é possível erguer e manter um

Este caso, mostra que é possível erguer e manter um sistema integrado de protecção das crianças, em Moçambique

sistema integrado de protecção das crianças, em Moçambique. Autoridades tradicionais, comité comunitário, sociedade civil, confissões religiosas, INAS, Acção Social (ao nível distrital e provincial), Administração do Distrito, Educação, Saúde, Registo Civil, Serviços Distritais de Economia e Agricultura, Planeamento e Infraestruturas – todos estes actores convergiram, para garantir uma resposta integrada que reduzisse a vulnerabilidade de três crianças órfãs.

JÚLIO SAMUNDINE, OFICIAL DE PROGRAMA DE CRIANÇAS

Associação Kubatsirana

O trabalho que a Associação Kubatsirana desenvolve na província de Manica sublinha o papel que a sociedade civil deve desempenhar num sistema integrado de protecção social, colmatando lacunas que a estrutura do Estado não pode preencher, isoladamente.

Criada em 1995, para dar assistência a pessoas portadoras de HIV e SIDA, através da prestação de cuidados domiciliários, esta associação, de base religiosa, evoluiu para um programa mais alargado à medida que as necessidades dos seus beneficiários foram mudando.

«*Como resultado da morte de alguns doentes que vínhamos cuidando, criámos o programa para apoiar as crianças que ficavam órfãs. Inicialmente não tínhamos esta filosofia, mas fomos forçados a entrar nesta área*», explica Júlio Samundine, oficial de programa, para a área da criança.

Hoje, a Associação está presente em cinco distritos da província de Manica, tem 650 membros envolvidos nos diversos programas que desenvolve, nomeadamente sensibilização das comunidades religiosas, cuidados domiciliários e prevenção para jovens. A Associação, que se tornou já uma referência ao nível da província, dispõe de 134 voluntários devidamente capacitados, que prestam assistência a 1004 pessoas vivendo com HIV e SIDA, e 3117 crianças

órfãs e vulneráveis.. Os membros que trabalham nos cuidados domiciliários recebem um subsídio de 1.500 meticais por mês, enquanto os outros colaboram como voluntários. «*Conseguimos mobilizá-los para cuidar das pessoas na comunidade. Faz parte do trabalho da igreja*», explica Samundine.

No âmbito da protecção da criança, a Associação presta três tipos de assistência: integração em famílias de acolhimento ou reunificação com as famílias biológicas; integração em centros de acolhimento, enquanto procuram a reunificação; e assistência multiforme para agregados chefiados por menores (apoio alimentar, roupa, habitação, programas de geração de renda, formação vocacional). Desta forma, conseguiram abranger, até Junho de 2012, cerca de 3.100 crianças.

A abordagem que a Kubatsirana defende para promover a protecção da criança é trabalhar em concertação com a própria comunidade, quer sejam os líderes tradicionais, os comités, ou os vizinhos. «*Há coisas que nós, como associação, não podemos fazer. Só funciona se agirmos em ligação com as estruturas comunitárias e a Acção Social*», acredita Samundine.

Esta abordagem permite que as crianças permaneçam integradas no seu próprio meio, além de assegurar um fluxo regular de informação entre a comunidade e a as-



sociação, mesmo não estando, esta última, Esta abordagem permite que as crianças permaneçam integradas no seu próprio meio, além de assegurar um fluxo regular de informação entre a comunidade e a associação, mesmo não estando esta última presente no dia-a-dia dos seus beneficiários. Por outro lado, promove-se a responsabilização dos membros de uma comunidade para com os mais vulneráveis. «*Não queremos que pensem que estas crianças pertencem à associação. Não, elas são*

da comunidade e a comunidade é que é responsável por elas».

No distrito de Sussundenga assistimos à forma como uma comunidade se responsabilizou, de forma concertada, por três irmãs órfãs, após o falecimento dos pais. E, Samundine, conclui: «*O segredo para ter uma comunidade envolvida é trabalhar com eles, desde o princípio, no levantamento das necessidades, fazer com que eles se sintam envolvidos na identificação da causa até à busca da solução».*

HORÁCIO ZAMBO, CHEFE DE REPARTIÇÃO

Direcção Distrital da Mulher e da Acção Social

Para Horácio Zambo, a situação da criança no distrito de Sussundenga, província de Manica, é «alarmante». O distrito tem 5.975 crianças, das quais apenas 64,5% (equivalente a 3.855) é favorecida através dos programas de assistência implementados pelos diversos parceiros (apoio alimentar, financeiro, acesso a educação e saúde e apoio psicossocial).

«*Estamos a deparar-nos com muitas mortes dos pais, devido a várias doenças*», refere o Chefe de Repartição da Mulher e da Acção Social do distrito. «*Há zonas recônditas onde encontramos um pai com três ou quatro famílias. Quando morre, são várias famílias que ficam vulneráveis de uma só vez, e essas crianças ficam sozinhas, entregues à sorte de Deus*».

Existem, ao nível do distrito, 30 casos de famílias chefiadas por menores. Apesar disso, os fundos disponíveis são insuficientes para responder à demanda. «*O desafio é, de cada vez que identificamos um caso, criar as condições para uma protecção condigna, e conseguir um projecto que garanta a sua sustentabilidade*», acrescenta Zambo. «*Um dos grandes constrangimentos é a exiguidade dos recursos financeiros. Mas, temos tido mais apoio porque conseguimos estabelecer comités comunitários*».

No caso das três irmãs órfãs (v. História de Gloria p. 66), o distrito mostrou que é possível garantir a protecção das crianças em situação de extrema vulnerabilidade, quando todas as peças do sistema funcionam de forma integrada. Mediante um trabalho articulado entre a sociedade civil (Associação Kubatsirana), as estruturas locais e a Acção Social, garantiu-se uma habitação segura, enquadramento escolar e o acompanhamento regular das meninas.

A figura 1 representa este caso: Gloria e as irmãs, vivendo juntas no seio da comunidade, amparadas pelos vizinhos, e abrangidas por diversos serviços públicos, do nível provincial ao local, passando pelo distrital, e com o reforço da associação, comité comunitário e organizações de base religiosa.



FIGURA 1: RESPOSTA INTEGRADA PARA UM AGREGADO CHEFIADO POR MENORES

*Acção Social
de Gloria e
as irmãs:*



VIZINHOS: acolhimento e protecção diária das três irmãs num ambiente seguro Acção Social

DPMAS, DDSMAS, INAS: apoio alimentar e material, acompanhamento

SOCIEDADE CIVIL: identificação e acompanhamento do caso pela Associação Kubatsirana, construção de casa, apoio alimentar, programa de geração de renda

REGISTO CIVIL: emissão de documentos de identificação civil das crianças

COMITÉ COMUNITÁRIO: acompanhamento regular do caso
LÍDERES LOCAIS: garantia de acesso gratuito a água

EDUCAÇÃO: enquadramento escolar

GOVERNO DISTRITAL: atestado de pobreza, acesso gratuito a serviços básicos

SAÚDE: acesso a serviços de saúde gratuitos

CONFISSÕES RELIGIOSAS: enquadramento em actividades da igreja, acompanhamento, protecção e apoio psicossocial

ECONOMIA E AGRICULTURA: concessão de terra para produção agrícola

PLANO E INFRAESTRUTURA: formalização do título de propriedade da habitação

ANA JOÃO ANTÓNIO

Permanente do INAS Membro do Comité Comunitário

Uma das figuras que assumiu uma importância central na vida das três irmãs foi Ana João António, que é simultaneamente Permanente do INAS e membro do Comité Comunitário do Bairro Chicueu, onde vivem as três irmãs.

«*Dia e noite passo aqui e falo também com as vizinhas para olharem por elas. Se não têm comida, preparam*», refere Ana António, que é divorciada e mãe de quatro raparigas entre os 17 e 3 anos de idade.

Ana António considera que o seu trabalho como Permanente do INAS é uma mais-valia para o Comité Comunitário, já que acompanha todos os idosos da sua zona para o pagamento da pensão

de velhice. Na maior parte dos casos de crianças órfãs, são as avós que ficam responsáveis por cuidar dos menores do seu agregado familiar, quando os respectivos progenitores morrem prematuramente.

«*Faço visitas porta a porta. Quando houver falecimento, tenho que comunicar à Direcção Distrital da Saúde, Mulher e Acção Social no caso de haver crianças órfãs, para que estas tenham o devido apoio, e a perda dos seus familiares não signifique que ficam desamparadas*», refere esta mãe, que recebe um subsídio mensal de 500 meticais pelo serviço de Permanente no INAS.





FICHA TÉCNICA

TÍTULO: A MUDANÇA ACONTECE

SUBTÍTULO: Histórias de vida e Estudos de caso que visam estimular o reforço da família e impulsionar o desenvolvimento de um sistema integrado de protecção da criança, em Moçambique.

TEXTO: Cristiana Pereira

FOTOGRAFIA: Mark Lehn

DIRECÇÃO EDITORIAL: Francisca Sales Lucas, Ministério da Mulher e da Acção Social, Úrsula Pais, UNICEF Moçambique com apoio de Mayke Huijbregts e Sumaira Chowdhury do UNICEF Moçambique

GRAFICA, DESENHO E LAYOUT: Daniela Cristofori

COLABORAÇÃO: Ministério da Mulher e da Acção Social, Procuradoria Geral da República, Tribunal Supremo, UNICEF Moçambique

TIRAGEM: 2500

MAPUTO, MOÇAMBIQUE

NOTA EDITORIAL:

Os nomes das crianças constantes desta publicação foram alterados para protecção da sua identidade. O uso das imagens foi consentido pelos seus prestadores de cuidados.

NOTA DE RODAPÉ DA PÁGINA 3:

¹*A legislação moçambicana estabelece que crianças órfãs são as que perderam um ou ambos os progenitores. Nem todas vivem em situação de vulnerabilidade. São consideradas vulneráveis as crianças afectadas ou infectadas pelo HIV; crianças em agregados chefiados por crianças, jovens, mulheres ou idosos; crianças em agregados familiares nos quais um adulto se encontra cronicamente doente; crianças da e na rua; crianças em instituições (ex: orfanatos, prisões, instituições de saúde mental); crianças em conflito com a lei (ex: crianças procuradas pela justiça por crimes menores); crianças portadoras de deficiência; crianças vítimas de violência; crianças vítimas de abuso e exploração sexual; crianças vítimas de tráfico; crianças vítimas das piores formas de trabalho (ILO 1999); crianças casadas antes da idade legal; crianças refugiadas e deslocadas.*

Os autores gostariam de agradecer a disponibilidade de todos os que aceitaram participar nesta recolha de histórias, em particular as crianças que – com simplicidade e espontaneidade – partilharam com eles um pedaço das suas vidas.

A MUDANCA ACONTECE *Histórias de vida e Estudos de caso que visam estimular o reforço da família e impulsionar o desenvolvimento de um sistema integrado de protecção da criança, em Moçambique*



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA MULHER
E DA ACÇÃO SOCIAL



SWEDEN

